



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Foram lidas as actas da eleição dos representantes da Assembleia da República para o Conselho de Estado e para o Conselho Económico e Social, tendo sido proclamados eleitos para Presidente do Conselho Económico e Social o cidadão Alfredo Bruto da Costa e para o Conselho de Estado os cidadãos António de Almeida Santos, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, Manuel Alegre de Melo Duarte, Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho e Francisco José Pereira Pinto Balsemão.

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 5/X.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre questões da justiça, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial, deu resposta a questões colocadas pelos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), José de Aguiar Branco (PSD), Vitalino Canas (PS), Odete Santos (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — que também fez uma interpelação à qual respondeu o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna (António Costa) —, Paulo Rangel (PSD) e Ricardo Rodrigues (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
João Barroso Soares
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha

Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Pinto
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José de Almeida Cesário
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel

Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Pedro Quartim Graça Simão José
 Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
 Ricardo Jorge Olímpio Martins
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Artur Jorge da Silva Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Francisco José de Almeida Lopes
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Batista Mestre Soeiro
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

António Idalino Rodrigues Pereira
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai dar conta do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as actas da eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social e da eleição para o Conselho de Estado são do seguinte teor:

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e cinco procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social, tendo sido apresentada uma única candidatura, a do Professor Alfredo Bruto da Costa.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 201
 Votos «sim» — 150
 Votos «não» — 12
 Abstenções — 20
 Votos brancos — 18
 Votos nulos — 1

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito o candidato proposto.
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.
A Deputada Escrutinadora, *Maria Ofélia Moleiro*.

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e cinco procedeu-se à eleição para o Conselho de Estado.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 201
Votos «sim» — 172
Votos brancos — 22
Votos nulos — 7

Em face dos resultados, declaram-se eleitos para o Conselho de Estado os seguintes cidadãos:
António de Almeida Santos

Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Manuel Alegre de Melo Duarte
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Francisco José Pereira Pinto Balsemão

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada.
A Deputada Escrutinadora, *Maria Ofélia Moleiro*.

Srs. Deputados, deu ainda entrada na Mesa, e foi aceite, a proposta de lei n.º 5/X — Cria o SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial), que baixou à 6.ª Comissão.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, dar início ao debate mensal com o Primeiro-Ministro, nos termos do artigo 239.º do Regimento da Assembleia da República.

Para proferir a intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Retoma-se hoje a boa tradição do debate mensal na Assembleia da República. O tema que vos proponho para o debate é a justiça, que é, sem dúvida, uma das prioridades do País, requerendo uma atenção urgente do Governo e do Parlamento. Quero concentrar-me num aspecto particular deste tema — o do gravíssimo problema da morosidade da justiça e do congestionamento dos tribunais. Na enorme diversidade de questões que se colocam hoje à justiça, a celeridade não é um problema qualquer. Pelo contrário, é, porventura, o problema mais crítico e mais urgente, aquele que mais prejudica a efectiva garantia dos direitos dos cidadãos e o que mais afecta a nossa economia.

Portugal, como já tenho sublinhado muitas vezes, tem um desafio central para vencer: o desafio da competitividade. Ora, ninguém hoje duvida de que as ineficiências do nosso sistema de justiça constituem um factor sério de bloqueio ao desenvolvimento do País, sendo hoje apontadas como um dos mais pesados custos de contexto que penalizam as decisões de investimento.

Tornou-se consensual afirmar que há uma crise na justiça. Têm-se desenhado, é certo, grandes ideias sobre reformas futuras.: proferem-se discursos grandiloquentes sobre aquilo que importa fazer, esboçam-se, frequentemente, promessas longínquas de grandes pactos em termos vagos ou indefinidos, mas o que falta mesmo, Srs. Deputados, é agir! O que falta, sobretudo, é fazer!

É preciso lembrar que, enquanto se fala, se acumulam nos tribunais mais de um milhão de processos e que o tempo médio de um processo é já de cerca de dois anos até à emissão da sentença, só na primeira instância da justiça cível! Não há justiça, nem Direito perante esta situação e o custo deste risco está a ser transferido para os cidadãos, com graves repercussões na competitividade da nossa economia e em prejuízo de todos nós.

Quero deixar claro que adiar soluções em nome de um qualquer pacto de regime só significa pactuar com este estado de coisas. É imperioso agir. Agir já! Agir com medidas concretas e certeiras, começando pelo princípio e definindo um calendário rigoroso para que se possa mudar a situação actual e o sistema de justiça passe a ser um aliado do desenvolvimento económico.

Applausos do PS.

Srs. Deputados, gostava que ficasse claro que não venho aqui para somar mais um discurso a tantos outros que já ouvimos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Até agora...

O **Orador**: — Venho aqui apresentar o meu plano de acção para o descongestionamento dos tribunais, tendo em vista uma justiça mais rápida. O diagnóstico do mais urgente está feito. Uma das áreas onde mais

se sente a resposta insuficiente e desadequada do sistema de justiça é a denominada litigância de massa.

Numa sociedade onde se multiplica e facilita o acesso ao consumo de bens e serviços que antes poucos podiam adquirir, verifica-se que o sistema de justiça não está preparado para lidar com a constante litigância que resulta desse fenómeno novo. Os tribunais estão a ser sumariamente invadidos por um novo tipo de litigância em série ou de massa, bloqueando a respectiva capacidade de resposta para a realização do Direito quando ele é efectivamente necessário. O resultado é que o funcionamento da justiça pesa hoje como factor negativo na decisão de qualquer agente económico de recorrer aos tribunais.

Pois o Governo está decidido a encarar este problema de frente. E está decidido a fazê-lo numa dupla vertente: por um lado, garantindo que o sistema de justiça tem uma resposta para o fenómeno da litigância de massa; e, por outro lado, assegurando que o utilizador ocasional do sistema não é prejudicado por uma utilização intensiva dos meios judiciais para cobrança de pequenas dívidas, acções que são usualmente intentadas por certos grupos de empresas. Neste sentido, o Governo vai adoptar já no próximo Conselho de Ministros um conjunto de medidas concretas que permitam dar uma resposta imediata e articulada aos bloqueios existentes.

Primeira medida: vamos aprovar um decreto-lei que evitará que os tribunais continuem a ser verdadeiramente invadidos por acções para cobrança de dívidas de seguros. O que hoje está a acontecer é que as seguradoras estão a intentar numerosas acções de reduzidíssimo valor financeiro para a cobrança de dívidas que só existem por efeito da renovação automática dos contratos de seguro, mesmo quando o prémio não tenha sido pago. Por isso, o Governo vai acabar com a regra hoje vigente que permite essa renovação automática,...

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — ...ainda que por um curto período de tempo, porque é ela que está a motivar uma verdadeira «avalanche» de processos para a cobrança de dívidas por prémios não pagos, referentes a essa renovação tantas vezes indesejada.

Applausos do PS.

Assim, ganha o consumidor e ganha o sistema de justiça. E não ganha pouco! Os dados de 2003 indicam que, com esta medida, cerca de 12% das acções declarativas, mais de 25 000 acções, pura e simplesmente, não existiriam porque, na esmagadora maioria dos casos, o seu objecto é exactamente a cobrança deste tipo de dívidas de seguros.

Segunda medida: o Governo vai aprovar um diploma que permitirá a utilização do procedimento de injunção para créditos até ao valor de 15 000€, ampliando substancialmente o limite actual, que é de cerca de 3700€. A injunção é, como se sabe, um procedimento muito expedito que permite a obtenção muito rápida de um título executivo. A larga maioria dos processos dura, aqui, menos de dois meses. Permitir que este procedimento seja utilizado para dívidas de valor mais elevado desviará do processo declarativo tradicional numerosos litígios de massa, processos esses, por regra, muito simples e destituídos de complexidade.

Applausos do PS.

Com esta medida, Srs. Deputados, cerca de 15 000 processos passarão a ser tramitados por esta via mais expedita, libertando os tribunais para outras tarefas.

Terceira medida: o Governo aprovará uma proposta de lei para alterar o regime do cheque sem provisão actualizando para 150€ o montante abaixo do qual esse acto não constitui crime. Não se trata de ir tão longe como outros países, onde a emissão do cheque sem provisão foi já alvo de descriminalização, salvo quando integrada, claro está, num crime de burla. Mas, preservando-se o princípio da criminalização, entende o Governo que até 150 € não se justifica mobilizar a tutela penal, com investigação e acção criminal, para algo que, na prática, se traduz numa mera cobrança de dívida.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O impacto desta medida permitirá que magistrados, polícias e oficiais de justiça dediquem o seu tempo ao julgamento e à investigação dos demais crimes, que estão realmente relacionados com a segurança e a liberdade das pessoas.

Quarta medida: o Governo vai fazer o que muitas vezes foi prometido mas nunca foi feito, procedendo à conversão das transgressões e contravenções ainda existentes em ilícitos administrativos, isto é, em contra-ordenações. Assim, os tribunais vão deixar de julgar esses processos, passando a competência para aplicar as coimas para entidades administrativas. Trata-se, aqui, de retirar da esfera dos tribunais verdadeiras «bagatelas processuais», como é o caso das multas por utilizar transportes públicos sem título válido ou da utilização abusiva da Via Verde nas auto-estradas. Retirar dos tribunais estas pequenas

causas significa aliviá-los de cerca de 13% de todos os processos penais entrados, isto é, de, aproximadamente, 15 000 processos por ano.

Aplausos do PS.

Quinta medida: a residência do consumidor vai passar a ser o critério para a determinação do tribunal competente nas acções relativas ao cumprimento de obrigações. Esta é uma pequena/grande mudança. Desde logo, protege-se o consumidor, evitando que este seja obrigado a litigar num tribunal distante da sua residência só porque a empresa tem a sua sede em comarca diferente. Simultaneamente, evita-se que a empresa seja favorecida por beneficiar da proximidade de um tribunal que quase se transforma no seu tribunal privativo. Mas, para além de tudo o mais, esta medida permitirá uma melhor distribuição dos processos no território nacional, evitando a sua excessiva concentração em certos tribunais, sem prejuízo de estar previsto um regime especial para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Sexta medida: o Governo aprovará, já no próximo Conselho de Ministros, a proposta de lei para a redução das férias judiciais de Verão, de dois meses para um mês.

Aplausos do PS.

Esta é uma medida estruturante para beneficiar o sistema e torná-lo mais competitivo, à semelhança do que já sucede noutros países. O objectivo é o de que um número muito relevante de processos não fique parado durante um tão longo período de tempo, assim se favorecendo o acesso dos cidadãos a uma justiça célere e em tempo útil.

Srs. Deputados, o Governo actua, portanto, com medidas concretas ao serviço de objectivos de fundo. Identificados os principais estrangulamentos, atacam-se os bloqueios fundamentais do sistema: a litigância de massa, as dívidas de prémios de seguros, as outras pequenas dívidas, os cheques sem provisão, as transgressões e contravenções, o prolongamento das férias judiciais.

O Sr. Presidente: — O tempo de que dispunha terminou. Peço-lhe que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Concluo, sim, Sr. Presidente, não deixando de referir, no entanto, três notas finais. Em primeiro lugar, gostava de dizer aos Srs. Deputados que o Governo não esquece o problema do andamento da reforma da acção executiva, que é muito importante. A avaliação que o Governo já iniciou tem permitido detectar os principais bloqueios, que serão enfrentados e progressivamente removidos.

Por outro lado, numa segunda nota, gostaria de referir a importância da inovação tecnológica no sistema de justiça. Investiremos durante todo este ano na progressiva desmaterialização dos processos judiciais, evitando a circulação do processo físico em papel.

Gostaria ainda de deixar claro um calendário para a concretização de outras iniciativas na justiça. Ainda nesta Sessão Legislativa apresentaremos a proposta de lei sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado. No último trimestre deste ano, o Governo apresentará as propostas de lei para a revisão do Código de Processo Penal, do Código Penal e do regime penal das pessoas colectivas. Até ao final deste ano apresentaremos uma outra proposta de lei da maior importância e que, pela primeira vez, vai permitir a definição por esta Assembleia das orientações de política criminal, para que, por exemplo, crimes como o tráfico de seres humanos ou o homicídio sejam investigados com prioridade sobre as simples injúrias.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminei como comecei, afirmando que a justiça portuguesa não precisa de perder mais tempo com estéreis discussões teóricas ou de retomar a nostalgia de grandes reformas legislativas que, no mundo actual, já não são o caminho para responder aos ritmos da mudança. A justiça precisa de medidas específicas e direcionadas para os problemas dos cidadãos e das empresas. Para que a justiça se torne um factor de desenvolvimento, os cidadãos querem — e esperam — que enfrentemos os problemas com seriedade, com realismo e, sobretudo, com medidas concretas e eficazes.

O plano de acção para o descongestionamento dos tribunais que aqui vos apresentei pretende ser isso mesmo: um conjunto de medidas concretas, capazes de responder a problemas concretos. É este plano de acção que desejo discutir com a Assembleia da República e que, naturalmente, conta com o contributo construtivo de todos para que possamos enfrentar com sucesso um dos maiores desafios do País: modernizar o nosso sistema de justiça, colocando-o ao serviço do desenvolvimento e dos cidadãos.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a primeira ronda de perguntas e os Srs. Deputados que nela intervierem naturalmente terão uma tolerância de mais 1 minuto, atendendo à necessidade de equilibrar o excesso de uso da palavra por parte do Sr. Primeiro-Ministro.

Para fazer a primeira questão, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: É a primeira vez que nos encontramos nestes debates, queria por isso mesmo cumprimentá-lo, saudá-lo e fazer votos de que governe bem.

O Partido Social-Democrata saiu do seu recente congresso com uma ideia publicamente assumida: a de que é particularmente vantajoso para o País a celebração de um pacto para o desenvolvimento em torno de três áreas essenciais — a reforma da justiça, a do Estado e a das finanças públicas.

Julgo que todos compreendem a necessidade, a urgência e a profundidade de reformas nestas três áreas.

Por isso mesmo, congratulo-me com o facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter trazido a este debate o primeiro dos temas que seleccionámos: o tema da justiça.

Julgo que não o fez pelos factos ocorridos durante a semana com confusões em redor de um ministro do seu Governo, ou por outros que chocaram a opinião pública. Julgo que o trouxe — e acho que fez bem! — porque é um tema sério, e em relação às medidas que aqui anunciou, logo que aprovadas e chegadas a este Parlamento, haverá toda a abertura da nossa parte para a sua análise e tratamento, como também hoje várias outras intervenções a elas se dedicarão.

Mas quero aqui, neste momento, sublinhar o seguinte: registo que o Sr. Primeiro-Ministro não dedicou uma palavra para oferecer a sua disponibilidade e a do seu Governo para o estabelecimento de um pacto de justiça com outras forças políticas, num consenso mais alargado, designadamente com o PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta é uma matéria que, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, e é público, vinha a ser, com aplauso geral, tratada, ao tempo do anterior governo, pelo anterior ministro da Justiça e com uma representação do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Perguntar-se-á, em primeiro lugar, porquê esta mudança de opinião. Já não é importante aquilo que antes o era?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, para além da justiça, há, de facto, ainda, duas outras áreas: a reforma do Estado e a das finanças públicas. São três questões centrais que condicionam o nosso desenvolvimento.

Claro que o Governo pode seguir o caminho de agir sozinho, tem uma maioria absoluta na qual se pode apoiar. Mas há outro caminho possível para seguir, sobretudo nestas três áreas estruturantes para o País: o de envolver e de comprometer várias forças políticas num acordo alargado, o que, do meu ponto de vista tem várias vantagens. Uma delas é a de essas reformas se fazerem com a profundidade que verdadeiramente reclamam e, sobretudo, perdurarem para além de uma legislatura, independentemente da mudança de governo.

Aplausos do PSD.

Julgo, Sr. Primeiro-Ministro, que este caminho é, porventura, o mais importante e o mais sólido para o País, garantindo a estabilidade das políticas. Por isso quero aqui perguntar-lhe directamente: está ou não o Sr. Sr. Primeiro-Ministro disponível para, com o PSD, e outras forças políticas, tratar de um processo de convergência em torno destas três áreas essenciais? A resposta não é tão importante para o PSD, mas julgo que é muito importante para o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, por falar em caminhos, parece-me ser um mau aquele que o Governo seguiu esta semana para denunciar publicamente um protocolo celebrado com as Misericórdias portuguesas, merecendo-nos o maior dos reparos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao agir como agiu o Governo deu uma imagem de desconsideração — e até de desprezo! — pela acção das Misericórdias portuguesas. Acho que não é uma imagem justa e que as Misericórdias

portuguesas não o merecem!

Aplausos do PSD.

A verdade é esta, Sr. Primeiro-Ministro: o Governo pode achar que não precisa das Misericórdias portuguesas para nada, mas o País — que é sempre mais importante do que qualquer governo —, esse sim, tem precisado muito e vai continuar a precisar muito, no futuro, da acção notável e generosa das Misericórdias de Portugal.

Aplausos do PSD.

A terceira questão, Sr. Primeiro-Ministro, é a da despesa pública.

O Sr. Primeiro-Ministro tem repetido à exaustão, ao longo deste mês e meio de governação, que a redução da despesa pública é um pilar essencial da sua política — não podemos estar mais de acordo. Só que não chegam boas intenções, não chegam bons propósitos, é preciso medidas que traduzam no concreto este objectivo. E, até ao momento, os anúncios que o Governo tem feito significam aumento de despesa, em nenhum caso significam redução de despesa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, julgo ser importante que os portugueses saibam onde é que o Governo vai cortar na despesa, em que sectores vai cortar, quando é que vai cortar, se agora, se mais tarde, se depois das eleições autárquicas...

Sr. Primeiro-Ministro, julgo que o silêncio é comprometedor e que o esclarecimento é essencial.

Aplausos do PSD.

Mais concretamente, Sr. Primeiro-Ministro, quando às SCUT (auto-estradas sem portagens), não se trata agora de litigar sobre a qual é a melhor posição, se a do PSD, se a do Governo; o PSD perdeu, o Partido Socialista ganhou, é o Governo que tem de aplicar esta política, logo não vai haver portagens. Isto custa, Sr. Primeiro-Ministro, em 2005, 321 milhões de euros ao Estado; de 2006 até 2023 custa, por ano, 700 milhões de euros.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: como é que o Governo vai financiar este custo? Vai aumentar o imposto automóvel?! Vai aumentar o custo sobre os combustíveis, como apontou ou sugeriu o Governador do Banco de Portugal?! Vai aumentar outros impostos?!

Sr. Primeiro-Ministro, também aqui se trata de uma questão concreta que só pode ter uma resposta concreta.

Sr. Primeiro-Ministro, a última questão tem a ver com os referendos.

O Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso de tomada de posse, disse publicamente que era urgente o referendo europeu, tendo avançado logo com uma data concreta para a sua realização — acho que fez bem e teve o meu acordo. Mais tarde, o seu partido veio invocar a urgência, uma maior urgência ainda do referendo sobre o aborto, e sobre essa matéria o Sr. Primeiro-Ministro tem-se recusado sistematicamente a apontar uma data e a invocar uma prioridade.

Pergunto-lhe, aqui, Sr. Primeiro-Ministro: afinal, em que ficamos? Qual é, para si, o referendo prioritário? Qual é para si a ordem de prioridades relativamente a estes dois referendos? E não me venha o Sr. Primeiro-Ministro dizer que a questão da convocação do referendo ou das suas datas cabe ao Sr. Presidente da República, porque também cabia no referendo europeu e, mesmo assim, o Sr. Primeiro-Ministro avançou com uma data!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Termine, Sr. Presidente, com todas estas perguntas concretas para, julgo eu, respostas concretas e, sobretudo, formulando o voto de que o Governo comece finamente a governar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, quero também saudá-lo, neste nosso primeiro encontro no Parlamento, depois da sua eleição como líder do PSD, e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu cargo.

Começo por responder às suas perguntas dizendo-lhe, Sr. Deputado, que sim, que o Governo está disponível para fazer entendimentos e para procurar consensos em todas as áreas políticas, em particular naquelas que são mais importantes e decisivas para o desenvolvimento do País, não apenas com o PSD mas com todas bancadas. Não temos, como o Sr. Deputado imaginará, um parceiro privilegiado para procurar entendimentos, mas desejamos fazê-lo.

Aplausos do PS.

Mas o Sr. Deputado fica a saber uma coisa: este Governo não define a sua governação apresentando apenas como ideia a de que é preciso fazer pactos, porque isso é pactuar com a situação existente. Os pactos e os consensos fazem-se agindo. O dever do Governo é apresentar as suas propostas, sujeitá-las ao debate e acolher, naturalmente, aquilo que são os contributos das oposições. Será assim que procederemos — durante seis meses, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

No passado, estivemos sempre disponíveis para participar na construção de soluções políticas em áreas fundamentais como, por exemplo, na área da justiça. Mas a verdade, Sr. Deputado, é que durante esse tempo todo não vimos qualquer proposta concreta do governo.

Vozes do PSD: — Ora essa!

O Orador: — Aqui tem estas propostas! Espero que o PSD se pronuncie sobre elas e estaremos de espírito aberto para considerar aquilo que forem as posições do seu partido, tal como faremos em relação às posições dos outros partidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em matérias cuja aprovação exija uma maioria de dois terços, naturalmente que faremos todos os possíveis para procurar esse acordo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Está muito mal informado!

O Orador: — No entanto, quero chamar-lhe a atenção, Sr. Deputado, para o facto de que não iremos ceder a qualquer chantagem de partido algum para obrigar o Governo a apresentar aquilo com que não concorda.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

No final, ouvi o Sr. Deputado dizer que pensa que o Governo tem governado pouco..., que é altura de o Governo governar mais...

Vozes do PSD: — Não tem governado nada!

O Orador: — Pareceu-me ouvi-lo dizer isso! Ora, Sr. Deputado, acho que vai aí um engano! O Governo não tem governado pouco: o Governo governa há pouco tempo!

Aplausos do PS.

Mas, segundo as opiniões dos portugueses, tem governado bem!

Aplausos do PS.

Há uma diferença entre este Governo, Sr. Deputado, e o seu governo, que é o anterior: é que este Governo governa há pouco tempo, mas, segundo a opinião dos portugueses, tem governado bem!

Vozes do PSD: — Já disse isso!

O Orador: — O governo anterior, que o senhor apoiou, foi um governo que governou durante muito tempo e os portugueses acharam que governou mal! Esta é a diferença!

Aplausos do PS.

Vejo também o Sr. Deputado muito interessado em pedir ao Governo medidas relativamente à despesa pública, dizendo que o Governo tem a obrigação de apresentar essas medidas urgentes.

Bom, Sr. Deputado, penso que cometeu um erro ao dizer que este Governo só tomou medidas que implicam mais despesa. Está a esquecer-se certamente, desde logo, da constituição do Governo, que é um Governo mais barato do que o anterior, pela simples razão de que tem menos Ministros!

Risos do PSD.

Depois, foi um Governo cuja primeira medida que tomou foi acabar com aquele espectáculo deprimente, que nada acrescentava à eficiência nem à descentralização, das Secretarias de Estado que andavam a «vaguear» um pouco por todo o País!...

Aplausos do PS.

Não acha que estas foram medidas de controlo da despesa e medidas simbólicas da maior importância?

Aplausos do PS.

Agora, o que reparo é que o Sr. Deputado, em matéria de despesa pública, passa a vida a exigir a este Governo medidas urgentes. E ocorre-me perguntar-lhe o seguinte: mas se eram medidas tão urgentes, por que é que os senhores quando estiveram no governo não as tomaram?! Por que é que não se lembraram delas?!

Aplausos do PS.

E a coisa mais extraordinária, Sr. Deputado, é que depois de o senhor ter sido eleito Líder do seu partido a primeira coisa que reclamou a este Governo foi que apresentasse um Orçamento rectificativo!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso é falso!

O **Orador**: — E eu digo-lhe, Sr. Deputado: um Orçamento rectificativo, para corrigir aquilo que foram as asneiras do anterior governo, que o senhor tinha apoiado!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado Marques Mendes quer-nos dizer onde é que estava não no 25 de Abril mas quando foi aprovado este Orçamento que está em vigor?

Protestos do PSD.

Por acaso não estava nessa bancada, votando este Orçamento que agora pede ao Governo que rapidamente altere para que se desfaçam as asneiras que foram aqui aprovadas, na Assembleia da República?!

Protestos do PSD.

Pois acho que isso é o máximo, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, o tempo de que dispunha terminou. Queira concluir.

O **Orador**: — Depois o Sr. Deputado colocou-me mais duas questões. A primeira sobre as Misericórdias. A questão é muito simples, Sr. Deputado: o problema deste contrato e deste protocolo é que o Governo o suspendeu porque — fica a saber — a política deste Governo não visa financiar as instituições, visa financiar as pessoas e as famílias que precisam do apoio do Estado.

Aplausos do PS.

Que isto fique muito claro! Este protocolo foi um erro! E foi um erro porque o anterior governo se comprometeu a pagar 50% das camas, mesmo que não fossem utilizadas. Com esta medida prejudicou o Estado, e essa política nós não seguiremos!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso é falso!

O **Orador**: — Segundo, quanto aos referendos, quero também dizer-lhe, Sr. Deputado Marques Mendes, que o senhor começou o seu trajecto como líder da oposição com uma inventona: a inventona segundo a qual o Partido Socialista teria uma prioridade em termos de referendo,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ai não tem?!...

O **Orador**: — ... uma prioridade relativamente ao referendo europeu e ao referendo ao aborto.

Ora isso não é verdade! Nem o Partido Socialista nem eu próprio declarámos em altura alguma qualquer tipo de prioridade, nem nunca expressei qualquer tipo de preferência relativamente ao calendário para o referendo ao aborto!

Vozes do PSD: — Ahhh!...

O **Orador**: — Não! A única coisa que eu disse foi que achava desejável que as eleições autárquicas se realizassem no mesmo momento do referendo europeu, porque isso era importante em termos de revisão constitucional. Como sabe, a revisão constitucional não está dependente do Sr. Presidente da República, por isso tive necessidade de reafirmar essa vontade.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Que grande confusão!

O **Orador**: — Portanto, quanto ao referendo ao aborto, nunca me ouviu nem ao Partido Socialista indicar alguma preferência por datas. A única coisa que lhe quero recordar, Sr. Deputado, é que, durante a campanha eleitoral, eu próprio, como líder do Partido Socialista, disse claramente que não queria que o referendo ao aborto se realizasse no Verão, porque isso me parecia indesejável do ponto de vista da participação dos cidadãos nesse mesmo referendo.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Isso está mal explicado!

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Mas uma coisa lhe quero dizer, Sr. Deputado: vai haver referendo ao aborto! Isso vai! E o Sr. Deputado não vai inventar pretextos nem desculpas de calendário para não se realizar o referendo ao aborto!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não?!...

O **Orador**: — Vai haver referendo ao aborto!

Aplausos do PS.

E o seu problema, Sr. Deputado,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O seu problema, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado tem de dizer qual é a sua posição relativamente ao referendo ao aborto.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Os portugueses sabem!

O **Orador**: — Porque não basta dizer que é «não», em princípio, porque queremos saber, no final, qual é a sua posição relativamente ao aborto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, volto a interpelá-lo, mantendo a mesma serenidade de há instantes e abordando as questões concretas que aqui interessam.

Sobre a questão dos pactos, seja relativamente à justiça seja a minha proposta de alargar a duas outras áreas, quero dizer o seguinte: Sr. Primeiro-Ministro, como referi há bocado, o Governo tem o pleno direito de seguir o caminho que definiu — pelos vistos, segue o caminho de agir sozinho suportado na sua maioria absoluta. Obviamente que nas matérias para cuja aprovação é necessária uma maioria de dois terços, pudera!... — o senhor de La Palisse não diria melhor!... —, tem de procurar convergência com outros partidos!

Applausos do PSD.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, a questão aqui é outra. De facto, não é uma questão de bandeira partidária, é uma questão essencial para o País.

A primeira questão que os portugueses irão colocar é a seguinte: então por que é que quando estava na oposição o Partido Socialista aceitou tratar com o governo, em particular com o Sr. Ministro da Justiça, de um processo relativamente a um pacto da justiça, e agora mudou de posição?! Passou da oposição para o Governo e já tem a postura contrária?!

Quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que acho que isso não dá credibilidade a um político!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, quem sofre com isso é o País. Sabe porquê? Insisto: algumas questões estratégicas estruturantes para o País há toda a vantagem, como toda a gente comprehende, que se envolvam várias forças políticas. Várias! Como eu disse e repito! Sobretudo para quê? Para que as políticas perdurem para além de uma legislatura, independentemente dos governos, e com isso dar confiança ao País e às suas instituições.

Applausos do PSD.

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de fazer uma precisão: não é justo o senhor dizer (porque não é verdadeiro!) que o Ministro da Justiça anterior não apresentou qualquer iniciativa em matéria de justiça.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É mentira!

O **Orador**: — As questões do pacto até estavam bastante avançadas, como o senhor sabe e eu também sei. Mas apresentou propostas em matéria do Código Penal, do Código do Processo Penal, de Reforma do Sistema Prisional,...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — E mais, Sr. Primeiro-Ministro (é factual!): estas matérias estavam agendadas para os dias 4 e 5 de Janeiro, se não tivesse havido a dissolução da Assembleia da República.

Portanto, este é apenas um reparo pontual!

Mas o que fica neste ponto é, sobretudo, isto: há um caminho que o Governo segue! Nós, pelo País, preferímos outro caminho!

E reconheça uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: não é habitual um partido da oposição oferecer disponibilidade para consensos com o Governo, o que é normal habitualmente é o Governo pedir esses consensos. Eu estou a fazer o contrário do que é habitual. Não é o PSD que perde com isto, é o País que perde uma oportunidade. Veremos no futuro.

Applausos do PSD.

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de despesa pública — e o senhor enervou-se um pouco quando falou nisto... —, comprehendo que V. Ex.^a tenha de fazer algumas considerações de natureza geral, porque, obviamente, coloquei-lhe perguntas concretas, designadamente a de saber onde cortava na despesa pública,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Nas secretarias!

O **Orador**: — ... e o senhor não deu um único exemplo.

Perguntei-lhe uma coisa mais concreta sobre as SCUT, que foram uma promessa que o senhor anunciou na campanha eleitoral, e, portanto, vai cumprí-la, e muito bem. Não discuto, porque ganhou as eleições. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não era a coisa mais legítima que o País soubesse como é que vai financiar esse custo, que, ainda por cima, não é pequeno?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador**: — Até porque o Governador do Banco de Portugal já falou disso! Então, vão aumentar os impostos ou não?

Por último, a questão dos referendos. O Sr. Primeiro-Ministro, a posição do PSD, concorde-se ou discorde-se, é muitíssimo clara: referendo europeu primeiro e referendo ao aborto a seguir;...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: ... no próximo ano referendo ao aborto e liberdade de voto dentro da matéria do referendo ao aborto. E a minha posição pessoal já a disse. Portanto, clareza total!!

Vozes do PS: — Qual é?

O **Orador**: — Já disse! Eu pessoalmente sou pela manutenção da lei que está em vigor.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, a questão é esta: o senhor quer fugir a uma questão essencial. Acho que ninguém no País comprehende que o Primeiro-Ministro de Portugal não seja capaz de ter na cabeça e de transmitir qual é a sua prioridade em matéria de referendos. Tão simples quanto isto! Eu sei que o assunto o incomoda e embaraça, mas acho que é factor de credibilidade quando uma pessoa tem clareza e coerência. E acho que a política precisa muito de credibilidade.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, os pactos são desejáveis, mas os pactos fazem-se em função e na discussão de propostas concretas de quem tem o dever de as apresentar, o Governo.

O problema é que, no passado, os governos, para justificarem grande parte da sua inactividade, ofereciam apenas um discurso: é preciso fazer um pacto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É mentira!

O **Orador**: — Não é boa maneira de fazer pactos só falar neles. E, como se viu hoje, aqui, nas medidas concretas que apresentei,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Grandes medidas!

O **Orador**: ... a verdade é que grande parte dos bloqueios na justiça precisam de medidas concretas, medidas destinadas a atacar os bloqueios do sistema, e essas são medidas essenciais que em muito podem contribuir para a melhoria do sistema.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Completamente verdade!

O **Orador**: — Não precisam de qualquer pacto, nem de qualquer teoria geral sobre as reformas. Srs. Deputados, ouvimo-los falar, durante três anos, com a teoria geral das reformas estruturais e, ao fim de três anos, em particular no sistema da justiça, os problemas foram-se agravando.

É que os discursos sobre os pactos são muitas vezes para fingir que se governa. Ora, este Governo não quer fingir que governa, este Governo quer governar e está disponível para ouvir as propostas da oposição. Agora, não está disponível para não apresentar quaisquer propostas em concreto e falar apenas de pactos. Isso não!

Applausos do PS.

Quero recordar-lhe, Sr. Deputado, que isto não é um discurso de arrogância. Não! Isto significa assumirmos as nossas responsabilidades e cumpriremos o nosso dever de governar. Mas eu não vim aqui dizer, nem neste primeiro debate, nem no dia da minha investidura parlamentar, que ia governar contra o PSD, como os senhores fizeram aqui há três anos atrás, dizendo que iam governar contra o PS. Não!

Applausos do PS.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem lembrado!

O Orador: — E depois, Sr. Deputado, havia tantas medidas que estavam a andar e que, infelizmente, não chegaram ao fim! Vocês até podiam ter ficado como o governo do «podia ter sido, mas não foi». Vocês podiam ter sido o governo que baixava os impostos, mas subiram-nos; podiam ter sido o governo que ia baixar o défice, mas, afinal de contas, agravaram-no; até podiam ter sido o governo que ia lutar pelo crescimento económico, mas, em vez disso, o País teve uma recessão!

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Deixaram-na!

O Orador: — A verdade é que vocês podiam ter sido um governo bom, mas foram um governo mau. Espero que não digam de si, Sr. Deputado, daqui a uns anos, olhando para a sua *performance* como líder da oposição, «ele podia ter sido primeiro-ministro, mas não foi». Espero que isso não lhe aconteça, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Muito fraco! Não entusiasma!

O Orador: — Depois, quanto à matéria das SCUT, o problema é este, Sr. Deputado: os senhores, no Orçamento do Estado para 2005, também desorçamentaram aquilo que é uma obrigação do Estado português, que é pôr no Orçamento aquilo que é necessário para fazer face às despesas que estavam contratualizadas, e isso era absolutamente necessário ao Estado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, queira concluir.

O Orador: — É uma das áreas de maior desorçamentação no Orçamento do Estado, e isso é muito negativo.

Quero mais uma vez reafirmar, Sr. Deputado, que as SCUT nasceram para fazer face às desigualdades territoriais e vão manter-se, porque isso é uma das obrigações de justiça para com as regiões mais deprimidas de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Como é que paga?!

O Orador: — Quanto aos referendo, é muito simples, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Como é que paga?! Como é que paga?!

Para nós não há, como para si, uns referendos prioritários em relação a outros,...

Vozes do PSD: — Como é que paga?!

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhes silêncio, Srs. Deputados.

O Orador: — ... nem achamos que o calendário dos referendos é um calendário que possa e deva ser construído do mais importante para o menos importante. Não!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É tudo ao molho!

O Orador: — Agora, do que não há dúvida é que, para nós, o referendo ao aborto é mais prioritário do que para os Srs. Deputados. Isso é verdade, porque nós queremos mudar a lei. E não me satisfaz que um Deputado com tantas convicções, como o Sr. Deputado se apregoa, numa entrevista,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — ... à pergunta «Como é que vai votar?», responda desta forma: «'Não', em princípio».

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ele já disse!

O **Orador**: — Nós queremos no fim, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero começar por cumprimentá-lo pela sua presença neste debate mensal, que tão importante é para o exercício da pluralidade e do contraditório político, e felicitá-lo, desde já, pela sua intervenção.

A sua intervenção aqui dá-nos a todos uma ideia muito precisa de um Governo que, para além de propostas concretas e de diagnósticos sérios e sólidos, quer fazer, vai fazer, tem medidas e tem um calendário para aplicar essas medidas.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É um bom sinal, é um sinal significativo do futuro que nos espera com a prática já realizada e a realizar por este Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Gostaria, igualmente, de salientar a nossa plena concordância — natural, mas vale a pena dar-lhe ênfase — com o procedimento democrático que V. Ex.^a aqui exprimiu. O Governo é responsável, o Governo não quer ser, como o anterior, um Governo das medidas que andam por aí ou que andam por aqui, quer ser um Governo das medidas que se aplicam e se concretizam.

Aplausos do PS.

Por isso mesmo, estamos conscientes das dificuldades do principal partido da oposição. O PSD fugiu a grande velocidade, à velocidade possível, andando por aí, a discutir as questões e os temas da justiça, naturalmente porque o seu património nesta matéria é muito pequeno.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — O património das acções anunciadas, propaladas ou realizadas, é, de facto, francamente negativo.

Por isso, o que, desde já, queremos dizer neste debate é que haverá, porventura, uma síndrome relacionada com alguns ministros da justiça ou com algum ministro da justiça do anterior governo que faz com que a grande questão para o Sr. Deputado Luís Marques Mendes seja fugir das questões da justiça. Não se lhe ouviu qualquer proposta concreta,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O debate ainda não acabou!

O **Orador**: — ... não se lhe ouviu qualquer reparo, não se lhe ouviu qualquer discordância, apenas o vimos fugir do tema.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a morosidade da justiça é, naturalmente, considerada uma interface entre o sistema da justiça e o sistema democrático. A morosidade dos tribunais é, como todos sabemos, um elemento decisivo, um elemento profundamente negativo, para a realização da justiça, desde logo, como um instrumento directo e imediato da fragilidade e erosão da prova, como um prejuízo grande na reparação dos direitos de quem os tem e como um enorme agravamento do custo económico decorrente dessa morosidade.

Por isso, não podemos mais do que nos congratularmos vivamente com as soluções apontadas no sentido de acabar com formalismos inúteis e com o recurso aos tribunais, que acarretam uma sobrejuridificação da realidade social, recorrendo a mecanismos nos tribunais que não são a solução adequada...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e favorecendo uma explosão de litígios nos tribunais, que não é o local mais adequado para esses litígios ou para essa conflituosidade poderem ser resolvidos.

Sr. Primeiro-Ministro, as propostas que nos traz são propostas que, a um tempo, acabam com a litigância frequente, mas, simultaneamente, respeitam e garantem os direitos dos cidadãos,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... servindo, no essencial, os valores decisivos da competitividade e do progresso económico. Por isso, o que podemos dizer sobre essa «galáxia» de propostas que apresentou é que um conjunto de pequenas alterações pontuais mas incisivas, elas sim, fazem uma grande reforma do sistema político.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputado Alberto Martins, começaria por agradecer as suas palavras.

O nosso sistema de justiça é hoje, sem dúvida, um problema sério para o nosso desenvolvimento. Em matéria da justiça, temos de ter consciência que, ao contrário do que muitos de nós pensávamos no passado, não há apenas um problema de morosidade mas também um problema relacionado com as garantias e com os direitos. É preciso agir nessas duas frentes, e nelas aquilo que é mais urgente, que não precisa de nenhuma teoria geral sobre uma reforma, aquilo que a nossa economia nos pede e que o país exige é libertar os tribunais da litigância de massa para permitir que os consumidores ocasionais, aqueles que precisam de justiça, também tenham possam ser servidos.

Aplausos do PS.

E esse ponto é absolutamente essencial para a competitividade do nosso país. Todas as análises de *benchmarking* e de comparação internacional relativas aos principais indicadores nos dão a ideia de que é preciso agir, e fazê-lo de forma a resolver o problema da litigância de massa, que está a atafolar os nossos tribunais e a impedir que o nosso sistema de justiça possa oferecer à nossa economia um prazo razoável para assegurar os direitos contratuais. Portanto, não podemos esperar mais tempo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas também queria dizer — porque sinto e intuo que isso está no espírito de muitas pessoas — que essa não é a única área em que precisamos de actuar, também temos de o fazer em áreas que dizem respeito à preservação e à garantia de direitos. Por isso, tive ocasião de expor à Câmara este plano de acção para o descongestionamento dos tribunais, que contém as medidas urgentes, mas apresentaremos, já nesta Legislatura, várias iniciativas legislativas de forma a responder a esses problemas, em particular a iniciativa que salientei, que vai permitir que pela primeira vez, se possa cumprir o imperativo constitucional de esta Assembleia da República poder dar orientações em matéria de política criminal,...

O Sr. **Osvaldo Castro (PS)**: — Muito bem!

O **Orador**: — ... para que haja um princípio de oportunidade, para que finalmente fique consagrado que os crimes de homicídio têm prevalência sobre as meras injúrias. Isso é absolutamente decisivo para o bom funcionamento do nosso sistema de justiça.

E quero comprometer-me mais uma vez com esse calendário: até ao final do ano, apresentaremos aqui essa proposta de lei.

Naturalmente, em largos domínios, a justiça exige um consenso de várias forças políticas. Queremos promovê-lo, mas a melhor forma de fomentar um consenso é apresentando propostas concretas para o debate e é com base nessas propostas que se estruturará, tenho a certeza, um consenso.

O Governo conta com todas as bancadas neste esforço e não duvido que todos os Srs. Deputados têm o empenho e a consciência de que é imperioso modificar as coisas neste domínio. Nós contamos com todos, porque tenho a certeza que todos estão eivados da urgência e da motivação para reformar o nosso sistema de justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para exercer o seu direito de réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na resposta que deu às questões formuladas, V. Ex.^a deixou vincado — e congratulamo-nos vivamente com isso — que a reforma da justiça se faz fazendo.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Este Governo faz a reforma da justiça não com proclamações retóricas mas fazendo, para responder aos problemas reais dos cidadãos portugueses.

Aplausos do PS.

E congratulamo-nos com o facto de este «fazer, fazendo» implicar um complexo de medidas articuladas; não há uma medida atomizada, há um complexo de medidas e há um processo continuado. Isso parece-nos muito importante. É um processo com calendário, com medidas concretas e com prioridades de intervenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Como V. Ex.^a citou, a alta criminalidade é uma questão prioritária que é preciso atacar de forma consistente e tempestiva. Por isso, a questão que gostaria de colocar-lhe — uma questão que interessa a todos os portugueses, a todos nós — é uma precisão, indicativa naturalmente, sobre os calendários das medidas adjacentes às aqui enunciadas, que têm que ver, como foi dito, com alterações ao nível da acção executiva e do processo penal, das reformas penais, porque, como disse, e muito bem, a reforma da justiça é um conjunto articulado de concretizações que são urgentes para o desenvolvimento do país, da nossa democracia e do sistema de justiça e, basicamente mas não menos importante, para a competitividade do Estado e da sociedade portuguesa.

Permita-me, por último, salientar um ponto igualmente vincado na sua intervenção e que é decisivo. A simplificação processual, o recurso a medidas de injunção e a soluções judicialmente expeditas mas que não deixam de ter a sua seriedade, rigor e consistência, estão a par com o respeito essencial pelas garantias dos cidadãos num Estado de direito, isto é, resumindo, o expurgo do que é excedentário vai ao encontro das garantias fundamentais dos cidadãos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, quero comprometer-me com o seguinte calendário: no último trimestre deste ano,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mais um ano?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o Governo apresentará, nesta Assembleia da República, as propostas de lei para a revisão do Código de Processo Penal, do Código Penal e o regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas. Repito: no último trimestre deste ano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Também até ao final de 2005, apresentaremos, como já disse, uma proposta de lei para que, finalmente, a Assembleia da República possa definir orientações em matéria de política criminal.

Queria também dizer que no primeiro trimestre de 2006 será apresentada uma proposta de lei para rever o regime dos recursos jurisdicionais, tendo em vista a sua racionalização. Trata-se de uma matéria muito complexa, muito exigente, mas cuja revisão é da maior importância. Não podemos pactuar com o actual regime de recursos que, em muitos casos, paralisa o nosso sistema de justiça.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Naturalmente, são necessários estudos prévios à decisão, mas, considerando tudo aquilo que já foi feito, estou em condições de garantir à Câmara que no primeiro trimestre de 2006 apresentaremos aqui a nossa proposta de lei.

Queria ainda assinalar um outro ponto desse calendário: na próxima sessão legislativa será retomada a proposta de criação de uma lei-quadro do sistema prisional,...

Aplausos do PS.

... para que, finalmente, se comece a dar seguimento às recomendações da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional. Já não era sem tempo!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, seja bem-vindo a este debate mensal. Aguardamos com alguma expectativa que lhe dê continuidade e regularidade nesta Legislatura.

Numa primeira apreciação, as medidas que anunciou parecem ter um conteúdo positivo, mesmo que duvide da eficácia de algumas delas, designadamente da relativa às férias judiciais. Mas aguardo para ver o resultado.

Gostaria de colocar-lhe uma primeira questão sobre a qual a sua intervenção inicial foi omissa.

Como sabe, são conhecidas as dificuldades de acesso à justiça por parte de muitos cidadãos devido à sua incapacidade económica. A nossa justiça não só não é célere como é cara e inacessível, particularmente para grande parte das pessoas que vivem exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho, situação que se agravou num passado recente com a aprovação da nova Lei do Apoio Judiciário e com as alterações ao Código das Custas Judiciais, iniciativas da anterior minoria que impuseram condições mais restritivas ao acesso à justiça.

Sr. Primeiro-Ministro, o apoio judiciário só é acessível a cidadãos em miséria absoluta e depois de terem provado essa sua situação num complexo processo que, como perceberá, de uma forma geral leva a que as pessoas não o dominem e por isso não concretizem esse seu direito.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — O artigo 20.º da nossa Constituição consagra um direito geral dos cidadãos à protecção jurídica, nomeadamente o acesso ao direito e aos tribunais, independentemente da sua condição social, cultural ou económica.

A anterior maioria tomou uma má medida. O Sr. Primeiro-Ministro falou aqui em abertura, em consenso e em contributos. Nós queremos dar-lhe um contributo, Sr. Primeiro-Ministro. Este Governo está, ou não, disponível para repor uma situação de apoio judiciário idêntica à anterior, eliminando as barreiras de acesso à justiça que o recente diploma criou, designadamente revogando os diplomas da anterior maioria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma segunda questão que gostaria de colocar ao Sr. Primeiro-Ministro tem a ver com uma afirmação feita aqui, nesta Assembleia, em 2003, e que vou ler, para ser preciso e rigoroso. Falávamos, então, do Código do Trabalho: «As normas defendidas pelos partidos da maioria que apoia o Governo quanto à vigência e sobrevigência das convenções colectivas de trabalho constituem mais um ataque à autonomia da negociação colectiva, um atestado de menoridade à liberdade sindical e um sinal claro das reais intenções desta proposta de lei. Aquelas normas criam a possibilidade de fazer cessar convenções colectivas de trabalho sem que esteja assegurada alguma forma de regulamentação colectiva de trabalho, criando vazios contratuais, o que implica a possibilidade de desprotecção dos grupos de trabalhadores e a desregulamentação da concorrência entre empresas, quanto aos custos do trabalho. Estas razões, graves, constituem um atentado ao direito de negociação que proporciona efeitos totalmente indesejáveis na evolução das futuras relações laborais. Estão em causa, e estas normas violam, preceitos constitucionais, nomeadamente os artigos 55.º e 56.º da Constituição da República, e normas emanadas pela Organização Internacional do Trabalho, que assentam no respeito pela autonomia da negociação e pela liberdade sindical». Quem afirmou isto, aqui, nesta Assembleia? O agora Ministro do Trabalho e então Deputado do Partido Socialista.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, tendo em conta que se estão a verificar precisamente as preocupações manifestadas pelo então Deputado do Partido Socialista, colocamos a seguinte questão ao Sr. Primeiro-Ministro: corresponde à verdade este compromisso com a CIP de não mexer nas normas que permitem a caducidade da contratação colectiva?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem! Aí está uma questão concreta!

O Orador: — O Sr. Ministro faz uma cara de espanto mas vieram a público notícias que não foram desmentidas. Naturalmente, não se pode acreditar em tudo, mas a questão de fundo, e esta é talvez a mais interessante, é a de saber se este Governo está ou não disposto a confirmar aquilo que foi aqui assumido pela bancada do PS, corrigindo uma situação profundamente gravosa para os trabalhadores portugueses, que correm o risco de ver perdidos direitos e garantias contratualizados nas convenções colectivas de trabalho.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro esteve no último Conselho Europeu, que aprovou a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, questão que, como temos afirmado e V. Ex.^a reconheceu, é essencial para o relançamento da nossa economia. Apesar da revisão aprovada ter ficado muito aquém das necessidades de desenvolvimento do nosso país, nomeadamente com a manutenção dos rígidos critérios nominais relativamente ao défice e à dívida pública, anunciaram-se, contudo, algumas medidas de flexibilização do Pacto, que V. Ex.^a aceitou e considerou suficientes para promover a retoma da nossa economia e a sua modernização.

Neste momento, chegam-nos notícias de que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros parece ter confirmado que, à margem das orientações e decisões anunciadas por esse Conselho, se prepara uma regulamentação que limita o alcance da ténue flexibilização anunciada, amarrando Portugal a uma política macroeconómica que o condena ao atraso. Confirma, V. Ex.^a, esse recuo na flexibilização do Pacto? No caso de se concretizar uma regulamentação mais restritiva, o que pensa o Governo fazer? Aceitá-la ou usar o direito de voto, salvaguardando os interesses de Portugal?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, em primeiro lugar, pode o Sr. Deputado ficar descansado, porque gosto do debate e gosto dos debates mensais. Gosto desta Casa, gosto do debate parlamentar! Assim, cá virei todos os meses, como é meu dever, fazer este debate.

Aplausos do PS.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Na última sexta-feira de cada mês!

O Orador: — Começo por um ponto que abordou quase no final da sua intervenção, que é o do acordo com a CIP. Não, Sr. Deputado! O Partido Socialista tem um único acordo: com o seu próprio Programa do Governo. Não é com a CIP, é com o seu Programa do Governo!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, quero recordar ao Sr. Deputado que, depois da primeira reunião que tive com os parceiros sociais, o Sr. Dirigente da CIP fez declarações aos jornalistas, dizendo que, enfim, entendia as orientações do Governo, embora o Governo não fosse da sua cor principal.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Portanto, Sr. Deputado, não me parece que haja qualquer problema quanto a algum acordo entre o Partido Socialista e a CIP. Mas nós continuamos a olhar para a CIP como um parceiro social da maior importância e com quem é preciso manter um diálogo para que a competitividade da nossa economia possa ser uma realidade.

Porém, quanto à matéria da contratação colectiva, não há qualquer alteração, Sr. Deputado. O Partido Socialista, quando na oposição, tinha a posição que o Governo tem agora, porque está bem claro no nosso Programa do Governo que queremos rever aspectos do código laboral, em particular o que diz respeito à contratação colectiva.

Protestos da Deputada do PCP Odete Santos.

Não queremos que, de uma vez por todas, caduquem todas as contratações colectivas, sendo substituí-

das pelo vazio, queremos «espevitar» a contratação colectiva, incentivar a contratação e a negociação, não queremos é que acabe uma para, depois, não haver nada.

Portanto, nesse ponto, essa é a nossa posição e a política que seguiremos, a qual é, aliás, muito fiel à declaração que acabou de ler, do Sr. Ministro do Trabalho, enquanto Deputado do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Orador: — Depois, Sr. Deputado, registo também as suas palavras, classificando de positivas as medidas que aqui anunciei. E quero dizer-lhe que tenho muita esperança que estas medidas contribuam, de facto, para o descongestionamento dos tribunais. Quero, no entanto, sublinhar a importância que tem, não apenas do ponto de vista simbólico mas também do ponto de vista funcional, a medida que diz respeito às férias judiciais.

Não faz o mínimo sentido os nossos tribunais estarem fechados durante dois meses, no Verão. Não faz sentido e é injusto!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Estão fechados?! Isso é estar a enganar!

O Orador: — Não, não! Quem anda a enganar é quem anda a dizer que esta é uma medida demagógica!

Applausos do PS.

É que isto vai ter um resultado! Pergunte aos cidadãos, porque isto vai ter um resultado.

Ainda recentemente, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça brasileiro, quando a Constituição do Brasil reduziu as férias judiciais, em face de um protesto dos Srs. Juízes, declarou: «Não! Esse não é o caminho! Porque os juízes não têm nenhum direito de reclamar um estatuto especial e um estatuto de privilégio relativamente às férias judiciais».

Applausos do PS.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Dizer que os tribunais estão fechados é estar a enganar os portugueses!

O Orador: — E, recentemente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, os próprios juízes do Tribunal de Justiça Europeu, eles próprios, sem ninguém os obrigar, sem qualquer recomendação da Comissão ou do Conselho, decidiram reduzir as férias judiciais em 15 dias, precisamente porque consideravam isso absolutamente injusto e entenderam que essa redução iria servir melhor os cidadãos europeus.

É neste caminho, no sentido desta tendência, que esta medida de redução das férias judiciais se insere.

Finalmente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, não posso deixar de lhe dar razão num ponto: as matérias que dizem respeito ao apoio judiciário devem considerar aquilo que está a acontecer, pois nalguns casos esse apoio judiciário não chega a quem precisa. As custas judiciais devem ser encaradas como custas que visam impedir a utilização abusiva do sistema, e não hesitaremos em aumentá-las quando isso for justificado, contribuindo para combater esse abuso, mas não podem ser encaradas como um mecanismo para inviabilizar o acesso à justiça.

Por isso, tomo boa nota das suas palavras e quero que saiba que também nós estamos muito atentos e não hesitaremos em alterar o apoio judiciário, principalmente naqueles casos em que não permita um acesso ao direito laboral por parte daqueles que mais precisam.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a reacção da minha bancada em relação à questão das férias judiciais é a de que importa, por uma questão de razoabilidade, afirmar e clarificar que os juízes não têm dois meses de férias. E, pelas palavras do Sr. Primeiro-Ministro, poderia induzir-se esta ideia errada.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — De facto, muitos juízes aproveitam as férias judiciais para preparar os processos do ano seguinte. Portanto, nesse sentido, importava fazer esta precisão neste debate.

Em relação à questão do Código do Trabalho, registo as suas preocupações, as suas afirmações, mas, como tenho sempre, um pouco, a teoria de que a melhor prova do pudim é comê-lo, gostava que, por

exemplo, a sua maioria subscrevesse, neste momento, um projecto de resolução, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que coloca a questão da suspensão dessas normas gravosas, encontrando-se, depois, a solução resultante do tal estudo, da tal reflexão que o Governo entende fazer e impedindo-se, deste modo, que muitos contratos caduquem,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... levando a uma situação de injustiça e de desestabilização social.

Uma última nota para registar que verifiquei que o Sr. Primeiro-Ministro não disse uma palavra sobre a questão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Applausos do PCP.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem! Esqueceu-se!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, começo por corrigir um lapso: não falei, de facto, da flexibilização do Pacto e aproveito agora para lhe responder.

Parece-me que houve notícias muito exageradas, aqui, em Portugal, quanto à flexibilização do Pacto. O Pacto foi flexibilizado mas com regras, ou seja, o Pacto é exigente e é exigente do ponto de vista orçamental.

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

O Pacto teve uma flexibilização em dois sentidos: em primeiro lugar, considera um período maior para o ajustamento; em segundo lugar, dá também uma maior consideração a factores relevantes, relativamente aos défices excessivos, mas os défices têm de ser corrigidos.

Porém, Sr. Deputado, também lhe quero dizer, com toda a clareza, o seguinte: o equilíbrio e a consolidação das contas públicas são essenciais para o crescimento da nossa economia.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Manuela Ferreira Leite *dixit!*

O **Orador**: — A prioridade, para nós, é o crescimento. Esta é a nossa prioridade, mas não cresceremos com contas públicas absolutamente desequilibradas.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Nem com garrotes!

O **Orador**: — Não, certamente! Conhece a nossa posição. Agora, também não podemos desvalorizar a questão das contas públicas como se fosse um problema menor. Não! É um aspecto do problema e o Governo não hesitará em tomar todas as medidas que deve tomar para que o Estado português não seja um Estado pária, separado dos outros. Estamos integrados numa união monetária que tem muitas vantagens e aceitámos cumprir as regras.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — E cumprir as regras significa ser credível. Não queremos que a nossa economia e o nosso país possam ser olhados de soslaio pelos mercados e pelos investidores internacionais, o que queremos não é ter uma actuação que sirva apenas para satisfazer nichos de mercados eleitorais aqui, em Portugal, mas, sim, que sirva o País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Deputado conhece as nossas prioridades. O crescimento é a nossa prioridade, devendo o equilíbrio das contas públicas ser um instrumento ao serviço desse crescimento.

No que se refere às férias judiciais, sei tudo aquilo que o Sr. Deputado mencionou.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não parecia!

O **Orador**: — Mas como o Sr. Deputado sabe também, há muitos que, ao abrigo dessas férias judiciais,

têm mais férias do que os trabalhadores normais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Então, fiscalizem!

O **Orador**: — Por outro lado, e como o Sr. Deputado sabe, há também muitos trabalhadores que só têm 30 dias de férias e que aproveitam para trabalhar nas férias. Isso não é desculpa!

O problema é que não devemos pensar no sistema de justiça apenas ao serviço de juízes;...

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Claro que não!

O **Orador**: — ... ele está ao serviço dos cidadãos. Os cidadãos querem os tribunais abertos, e vão tê-los abertos mais um mês, porque isso é indispensável também para a credibilidade do nosso sistema de justiça.

Nos dias de hoje, não há nenhuma razão para que os tribunais estejam fechados dois meses.

Applausos do PS.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Mas não estão fechados!

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por cumprimentá-lo, sublinhando a importância da sua presença, hoje, na Assembleia da República. Consideramos que esta é uma prática saudável mas que muitas vezes foi negligenciada, nomeadamente pela actuação do último governo socialista, liderado pelo Sr. Eng.^o António Guterres, e esperamos vê-la superada.

Ainda bem, Sr. Primeiro-Ministro, que gosta desta Casa, porque esta Casa também o aprecia muito.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, passados 49 dias da sua tomada de posse, se há marca que caracterize o seu Governo é a do silêncio e a da ausência.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — É uma mudança de estilo, provavelmente uma mudança desejada — eu até diria desejável —, mas deixe-me dizer-lhe, sem acrimónia, que se o senhor tem falado menos também tem falado de menos, e os portugueses começam a ficar preocupados. Querem saber se a promessa dos 150 000 empregos se mantém, se as SCUT passam ou não a ser pagas, ou como é que se pagam, tal como colocou aqui a questão o Sr. Presidente do PSD.

Quero dizer-lhe a este respeito, Sr. Primeiro-Ministro, porque V. Ex.^a é engenheiro tal como eu e, por isso, gostamos do rigor dos números, que sempre que aqui disser que as SCUT são um instrumento de equilíbrio regional ter-me-á a lembrar-lhe que quatro das sete SCUT se situam em zonas das mais ricas do País.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — De resto, já tive ocasião de lho dizer aquando da discussão do Programa do Governo.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, sempre que fizer essa afirmação ter-me-á a lembrar-lhe que dentro das SCUT há duas vias: uma, a do equilíbrio regional, outra, apenas do compromisso eleitoral.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses estão preocupados com a elevação das pensões mais baixas até aos 300€ — que, afinal, parece ir acontecer apenas só para os muito mais velhos —, estão preocupados com o futuro.

Relembro-lhe ainda alguns dos temas que são, para nós, incontornáveis, e esta rememoração é apenas uma singela tentativa de o ajudar a recuperar do choque frontal com o País real. Continuamos muito engajados nas seguintes questões: justiça social; emagrecimento da função pública; financiamento das autarquias e das regiões autónomas; sustentabilidade da segurança social; combate à fuga fiscal e equilíbrio das finanças públicas.

Sr. Primeiro-Ministro, estas são questões inadiáveis, que urge resolver e relativamente às quais pode

contar com a nossa colaboração e com o nosso apoio (esta é uma matéria a que voltaremos mais tarde ou noutra ocasião).

Esperemos que recupere rapidamente, pois ficamos preocupados com o silêncio do Primeiro-Ministro.

Passo agora às questões concretas que quero colocar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro.

Portugal vive uma grave situação de seca. Pensávamos, por isso, que este problema mereceria da parte do Sr. Primeiro-Ministro uma referência neste seu primeiro debate mensal com o Parlamento.

Gostaria de relembrar que os Eurodeputados do CDS levantaram esta questão no Parlamento Europeu, fazendo aprovar, em 14 de Abril, uma resolução que considera indispensável uma intervenção a nível comunitário. É importante, para nós, esta resolução do Parlamento Europeu.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Tenciona ou não o Governo proceder à declaração do estado de calamidade, accionando assim os mecanismos de compensação previstos?

Sucede, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não foi o tema da seca o escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, sobre o tema da justiça, gostaria de dizer-lhe frontalmente que não fiquei descansado por saber que o presumível homicida de um agente da Polícia Judiciária se encontra em liberdade, como outros membros do mesmo gang, pelo facto de ter sido ultrapassado o período de prisão preventiva.

Considero as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro hoje aqui veio anunciar urgentes, indo algumas delas merecer o nosso estudo, pois queremos saber como reagirão as empresas, uma vez que as mesmas são mais do agrado dos consumidores do que das empresas. Trata-se de questões, em alguns casos, de mero gabari de entrada no sistema judiciário e, em nossa opinião, se são urgentes não são essenciais. Esperamos, por isso, pelo pacote das medidas essenciais que o Sr. Primeiro-Ministro nos prometeu.

O Governo propõe-se clarificar o regime de prisão preventiva e pretende reforçar as medidas de coação alternativas à prisão preventiva. É o que diz no seu Programa do Governo, que tivemos de consultar uma vez que a Assembleia da República não pôde dispor da vinda do Sr. Ministro da Justiça à comissão respectiva, como é da praxis.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Já devia ter vindo!

O Orador: — Virá dentro de dias, e acolhê-lo-emos, mas como ainda não veio socorremo-nos do Programa do Governo.

O Governo propõe-se, portanto, clarificar o regime de prisão preventiva. Ora, gostaria de saber se isso se traduz num alargamento ou numa redução dos prazos máximos da prisão preventiva.

Uma das medidas de descongestionamento processual que V. Ex.^a anunciou foi a redução do tempo de férias dos juízes. Torna-se numa medida emblemática mas que, cremos, só combinada com outras medidas de descongestionamento processual sortirá algum efeito.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Já aqui foram abordadas algumas!

O Orador: — V. Ex.^a veio aqui dizer-nos que a medida tal reduz 15 000 processos, que a medida tal reduz outros 15 000 processos. Neste caso da redução das férias dos juízes está feita alguma estimativa do aumento da produtividade?

Gostaria também de saber o que tenciona o Governo fazer em matéria de acção executiva.

Sr. Primeiro-Ministro, não vou alongar-me agora, prefiro aguardar as suas respostas e, na réplica, voltar a alguns casos. Estas são apenas algumas das perguntas, às quais certamente V. Ex.^a responderá de forma elucidativa, e teremos, eventualmente, oportunidade de voltar ao debate sobre estes problemas.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, há, de facto, um estilo neste Governo: falar menos e fazer mais; e, principalmente, pensar antes de falar.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Orador: — Isso, sim, marca uma diferença relativamente a um passado muito recente.

O Sr. Deputado disse que, em matéria de justiça, não ficou descansado a propósito de um caso muito publicitado recentemente — a libertação de um presumível homicida de um agente da Polícia Judiciária. Eu também não, mas não é o Governo que intervém em processos concretos.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Claro!

O **Orador**: — O mais importante, Sr. Deputado, é aquilo que aqui referi: tal como consta do Programa do Governo, apresentaremos nesta Câmara, até ao final do ano, uma proposta de lei para que a Assembleia da República possa definir uma orientação de prioridades na política criminal, de forma a que o combate e a perseguição aos crimes de homicídio não tenha a mesma prevalência que o combate e a perseguição às meras injúrias.

Applausos do PS.

Pergunta-me o Sr. Deputado se há um estudo, um cálculo do Governo do aumento da produtividade conseguida com a redução das férias judiciais. Há um cálculo: cerca de 10% de processos andarão mais rapidamente e serão concluídos pela redução das férias judiciais. E se podemos ter um ganho não há nenhuma razão para o não fazer.

Lamento muito, Sr. Deputado, mas não o posso acompanhar na perspectiva de que estas são medidas avulsas, que não resolvem. O Sr. Deputado vive ainda dominado pela ideologia da grande reforma, de que é preciso reformular todos os códigos. Discordo dessa abordagem, Sr. Deputado. Do que o nosso sistema de justiça precisa é de medidas concretas dirigidas a pontos críticos do sistema e que se actue onde é necessário.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Exacto!

O **Orador**: — As medidas que aqui anunciei permitirão tirar dos tribunais aqueles processos que resultam de um fenómeno novo da litigância de massa, deixando o sistema livre para se ocupar dos problemas dos cidadãos no seu acesso ao direito. Sr. Deputado, não posso acompanhá-lo nessa sua perspectiva.

Applausos do PS.

Tive ocasião também de referir que me parece ser dever do Governo e do sistema melhorar os aspectos da acção executiva. Essa é uma reforma muito importante e que, infelizmente, foi posta em prática sem cuidar das condições para o seu sucesso. É preciso atenção aos bloqueamentos, e alguma coisa já foi feita pelo anterior governo, embora durante estes últimos três anos, com franqueza, pudesse ter sido feito muito mais. Mas, em particular nos últimos meses, alguma coisa já foi feita para desbloquear aqueles que são os principais impedimentos ao sucesso da reforma e estamos também a agir em relação aos outros.

Não queremos mudar as leis, porque essa será, porventura, a solução mais simples mas aquela que tem menos resultados imediatos. O que queremos é melhorar os procedimentos para que uma reforma, que tinha muita expectativa, possa vir a ter sucesso. É esse o nosso compromisso.

Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, quero relembrar-lhe também que vai ter lugar neste Parlamento, na próxima quarta-feira, um debate sobre a seca. Por isso, não me referi a esse assunto, tal como não falei de muitas outras coisas às quais o Governo se viu obrigado a responder de urgência. Para este Governo foi um desafio não apenas desenvolver as suas principais linhas políticas nos primeiros 30 dias, mas acorrer também às situações de emergência. Acorremos a muitas, e a seca foi uma delas.

Mas também tivemos de elaborar, nos primeiros dias de Governo, todos os regulamentos indispensáveis para que o Código da Estrada pudesse entrar em funcionamento.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Claro!

O **Orador**: — É que o anterior governo tinha-se esquecido, pura e simplesmente, de que eram precisos alguns regulamentos para que o Código entrasse em funcionamento.

E esta não foi a única emergência à qual tivemos de responder. Por exemplo, o anterior governo propagandeou que o problema da Bombardier estava resolvido e, afinal de contas, nem um papel escrito havia.

Risos e aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Mas quero também responder à ideia que me pareceu o Sr. Deputado não ter tido coragem para expor, digamos, «preto no branco», de que o Governo tem feito pouco.

Em primeiro lugar, quero recordar-lhe uma coisa, Sr. Deputado: o mais importante para o País era ter um governo credível, e esse trabalho está feito — tem um Governo credível, estável e com sentido de Estado.

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — Em segundo lugar, pusemos em andamento as principais e mais urgentes medidas do plano tecnológico. Desenvolvemos, como sempre dissemos que fámos fazer, o nosso programa de colocação de 1000 jovens recém-licenciados nas áreas de tecnologia e gestão em 1000 pequenas e médias empresas do nosso país, com vista a desenvolver a inovação e a contribuir para o crescimento económico.

Há 15 dias, em Conselho de Ministros, aprovámos o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

O Orador: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Recentemente, anunciamos o nosso programa com vista à introdução, já em Outubro, no início do próximo ano lectivo, da língua inglesa no ensino básico e ontem procedemos à alteração da Lei de Bases da Educação para permitir que, finalmente, pudéssemos apresentar uma proposta de lei de forma a que o Processo de Bolonha sirva a Universidade portuguesa e contribua para a sua requalificação e mudança.

Chama-se a isto fazer, em poucos dias, aquilo que, infelizmente, não foi feito nestes últimos três anos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tenho toda a coragem do mundo, o que não tenho é tempo para explicar algumas questões.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que há uma coisa de que, seguramente, pode ter a certeza: não sou adepto das grandes reformas.

Várias vezes, aqui, na Assembleia da República, ouviu referir-me a questões relacionadas com obras públicas. E aproveito para lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que sobre SCUT disse zero!

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Mais uma vez!

O Orador: — E V. Ex.^a ainda dispõe de 3 minutos!

Várias vezes insisti que o importante era o «software» e não o «hardware», e sei que o Sr. Primeiro-Ministro partilha deste ponto de vista.

A única coisa que eu disse foi o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: reconheci que as medidas que o senhor apresentou eram urgentes, mas não essenciais, e daí não saio.

Até posso dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: referiu aqui que nós, parlamentares, seremos chamados, e bem, a pronunciarmo-nos sobre a política criminal. Se os pressupostos forem os que V. Ex.^a referiu, pode contar antecipadamente com o nosso apoio. Estamos, como sempre estivemos, numa posição construtiva, e V. Ex.^a disse que incorporaria sempre as sugestões positivas da oposição. Ainda bem!

Até vou enunciar três coisas (V. Ex.^a, com certeza, referiria mais) em relação às quais penso que o Governo agiu bem.

Quando fez uma análise do Rendimento Social de Inserção, tendo sido introduzidas alterações, o Governo decidiu não mudar o nome. Quem se lembra das polémicas que houve, há tempos, em que o acento tónico era posto no montante mínimo e, do nosso lado, era o aspecto da inserção social, vê que, realmente, a oposição tinha razão na filosofia.

Outra questão em relação à qual penso que o Governo agiu bem é a seguinte: a Sr.^a Ministra da Educação, na televisão, fez uma intervenção que não tenho qualquer problema em classificar de brilhante. Explicou claramente que o que faltava ao sistema de educação era fundamentalmente rigor, era gestão, era toda uma série de coisas de que temos vindo a falar ao longo do tempo. Já houve tempo em que a vossa banca considerava a educação como um aspecto lúdico e não de exigência — os senhores já o reconheceram!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Os senhores reconheceram que não é com grandes reformas, com dinheiro, que os problemas se resolvem!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Estamos ansiosos para que tenham lugar debates sobre educação. O Sr. Primeiro-Ministro vai ver a quantidade de sugestões positivas que temos para apresentar.

Em terceiro lugar, enquanto os senhores eram oposição tudo era simples, tudo estava clarificado sobre o aeroporto da Ota. Parece, e bem, que agora o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações quer rever certos aspectos. Foi por isso que não se tomou a decisão. Mas, há dois anos, para os senhores, tudo era simples, tudo estava estudado, era apenas a «malvadez» do Dr. Barroso que não queria prosseguir com a questão do aeroporto da Ota. Afinal de contas, parece que há aspectos a ponderar.

Sr. Primeiro-Ministro, a oposição teve razão na questão do aeroporto da Ota; teve razão na questão da educação — falta mais «software», mais capacidade de gestão, do que instalações; teve razão na questão do Rendimento Social de Inserção.

Sr. Primeiro-Ministro, reconheçam quando a oposição tem razão! Façam como diz o Dr. António Vitorino: «habituem-se»!

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, tomo boa nota de que o Sr. Deputado também não é adepto da ideologia da grande reforma. Concordo em absoluto consigo. Penso que as reformas devem ser dirigidas para aqueles pontos onde não há dúvidas de que é preciso intervir e que devem ser feitas com humildade, porque a ideologia da grande reforma é também a ideologia arrogante de quem entende que pode deitar tudo fora e substituir o sistema por outro, com pouca consideração por aqueles que foram fazendo, ao longo dos anos, os sistemas que existem e que, apesar de tudo, têm méritos.

O Sr. **Mota Andrade (PS):** — Muito bem!

O **Orador:** — A ideologia da reforma estrutural, que tudo muda num momento fundador em que se aprova uma lei de bases, é um processo político, para não dizer outra coisa muito infantil, que não resiste a uma análise objectiva de quem tem maturidade política.

Quanto às SCUT, Sr. Deputado,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!...

O **Orador:** — ... os senhores estiveram três anos no governo. Quando entraram no governo disseram que eram contra as SCUT; ao fim de três anos — vou apenas recordar-lhe factos, Sr. Deputado —, não havia portagens nas SCUT, não havia qualquer solução técnica para a introdução de portagens nas SCUT, não havia qualquer negociação concluída, não havia um estudo financeiro sério, não havia um calendário credível.

Applausos do PS.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O **Orador:** — A única coisa que havia era desorçamentação e uma promessa eleitoralista de que iam dispensar de pagamento as populações locais. Era isto o que havia.

Applausos do PS.

Mas, Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, há duas razões para as SCUT: uma, de promoção do desenvolvimento das regiões com poder de compra inferior à média nacional, uma razão de coesão territorial; não queremos desistir do interior, queremos que as SCUT sejam um instrumento para que se faça justiça com o interior do País.

Mas há uma outra razão: as SCUT devem também ser um instrumento que possa responder à ausência de alternativa de locomoção e de transporte.

Estas são as duas razões para a existência de SCUT, que devem ser financiadas através do Orçamento do Estado. E a verdade é que no último Orçamento não havia qualquer razão para os senhores fazerem a operação de desorçamentação que fizeram.

Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, estou muito concordante consigo quando diz que este pacote de medidas não é o único conjunto articulado de medidas que é preciso para a justiça. Não! Há muito a fazer. Há, aliás, como se sabe, um trabalho sem fim a fazer. Mas o que foi anunciado é o mais urgente, é aqui que se deve actuar imediatamente! Estas medidas vão produzir um resultado muito positivo para desbloquear os tribunais e para que os tribunais possam servir, de novo, aqueles que querem utilizá-los.

Quanto à matéria penal, Sr. Deputado, já me comprometi no sentido de que vamos apresentar, até ao final do ano, as nossas propostas. E noto também que há em todas as bancadas um largo consenso quanto aos principais pontos que devem ser mexidos.

Tal como já disse, ao contrário do que todos nós pensávamos há uns anos atrás,...

O Sr. **Presidente**: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Primeiro-Ministro. Queira concluir, por favor.

O **Orador**: — ... não se trata apenas de combater a morosidade, mas também de assegurar que os direitos, liberdades e garantias são devidamente protegidos.

Sr. Deputado, temos uma visão sobre o sistema da educação que é inconformada; queremos melhor gestão e mais rigor. O Sr. Deputado disse que têm vindo a dizer isso. Óptimo! Mas têm vindo a dizer, não a fazer. Nós estamos a fazer. Nós vamos fazer.

Quanto ao aeroporto da Ota, Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia, estamos a proceder a uma reavaliação das condições financeiras para saber se, passados estes anos, podemos ou não manter o mesmo compromisso com os portugueses. Nunca dissemos, como foi dito anteriormente com grande demagogia, com grande facilidade e com grande irresponsabilidade, que não construiríamos um aeroporto internacional em Portugal enquanto houvesse uma criancinha numa lista de espera num hospital.

Aplausos do PS.

Isso nunca dissemos nem diremos. O aeroporto é muito importante para a modernização infraestrutural do nosso país.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, até agora não houve grandes surpresas neste debate, a não ser, talvez, a última intervenção do CDS-PP, em que o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia se ofereceu para se juntar à maioria governamental, o que não é a primeira vez que acontece e, porventura, não será a última. Já estamos habituados a isso.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — No entanto, não foi surpresa a intervenção do PSD e a sua proposta de um pacto sobre a justiça. E quero deixar muito clara a posição do Bloco de Esquerda sobre este pacto ou sobre qualquer outro: não contam connosco. O Bloco de Esquerda não fará parte de nenhuma política que substitua o debate aberto na Assembleia da República, a discussão de propostas e de alternativas a uma forma de entendimento entre partidos que se supõem donos da política e donos do País.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo não é dono do País, como os partidos e o Parlamento não são donos do País. Por isso mesmo, temos a obrigação de apresentar propostas e alternativas. E não há, porventura, nada de mais detestável do que essa concepção que limita às jogadas políticas, à visão mesquinha da tentativa de influência por intriga aquilo que é o desenvolvimento do debate aberto. Não estamos disponíveis para isso. Registamos, aliás, que mais uma vez a direita aqui se junta para dizer que não quer alterar as leis que a civilização e a democracia, o País e a Europa já reconheceram que estão erradas.

Percebemos que, sete anos depois do referendo anterior, o Deputado Luís Marques Mendes não queira alterar a lei do aborto, porque a mão do PSD e do CDS-PP está em todos os julgamentos que se fizeram a mulheres que abortaram, até agora, em Portugal — e somos o único País que faz esse julgamento.

A única razão para adiar essa decisão está no facto de a coerência da direita mais reaccionária da Europa se opor a uma política de civilização, de respeito e de tolerância.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro trouxe-nos aqui propostas de alteração ao sistema de justiça. Verifico que se concentrou, na sua intervenção, em propostas no domínio do processo cível e não tratou de duas matérias, a que só se referiu brevemente em intervenções posteriores: o coração do processo penal em Portugal e o acesso à justiça.

Esperaria uma intervenção forte do Governo, dizendo o que pensa sobre o Código Penal, o Código do

Processo Penal e a reforma das prisões, até porque não chegamos do nada a esta discussão. Toda a Assembleia parecia estar de acordo com as propostas da «comissão Freitas do Amaral» a respeito das prisões e essas propostas têm imensas consequências sobre o Código Penal — na concepção das molduras penais, na vontade de retirar das prisões os delitos mais ligeiros, com menos perigosidade social e que podem ser punidos com penas alternativas. Essa estratégia, que é paralela à vontade de «desjudicializar» todo este processo cível, como aqui nos sugeriu, é decisiva para conceber uma justiça moderna.

Mas não ficámos a saber o que é que o Governo pretende em termos de Código de Processo Penal e de Código Penal. Datas não são suficientes! O que é que vamos discutir nessa altura? Questões que têm a ver com eficácia da justiça, com capacidade de investigação, com o controlo democrático das escutas telefónicas, com a forma de utilização de penas alternativas, tudo isso é o que configura, na nossa opinião, uma visão moderna e indispensável da justiça.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, chamo a atenção para outra falha fundamental da sua intervenção. O acesso à justiça foi prejudicado por decisões estratégicas, conscientes, deliberadas da governação da direita e da extrema-direita. Foram duplicadas as custas judiciais dos processos do trabalho — veja lá, Sr. Primeiro-Ministro, do trabalho! — pelo que, actualmente, muitos trabalhadores não podem chegar à justiça para defender os seus direitos ou a sua causa; pura e simplesmente, têm uma barreira que os impede de aí chegar.

Mas pior ainda é o acesso à justiça. E porque falamos de pessoas, quero dar-lhe um exemplo concreto de uma mulher com um filho, que tem um processo decorrente de uma situação de violência doméstica. Ela ganha 4000 € por ano, cerca de 70 000\$ por mês — tenho aqui o seu IRS —, pediu apoio judiciário à segurança social e esta decidiu recusá-lo e impor-lhe o pagamento de 45 € por mês, ou seja, 9000\$, como custa para aceder ao direito de proceder na justiça. Isto, para quem ganha, com um filho a cargo, cerca de 70. 000\$ por mês!

O apoio judiciário foi concebido pelo governo da direita e da extrema-direita para impedir, definitivamente, o acesso à justiça e a democratização do acesso à justiça.

Aplausos do BE.

O Sr. Primeiro Ministro disse-nos que poderia estar disponível para alterar esta situação, mas vamos concretizar. O meu grupo parlamentar, Sr. Primeiro-Ministro, vai apresentar alterações tanto sobre o acesso à justiça como sobre o apoio judiciário e as regras das custas e esperarei que não só esteja disponível e tenha boa vontade como queira mesmo fazer essa correcção. Os portugueses não estão dispostos a esperar mais tempo.

A concluir, Sr. Primeiro-Ministro, quero chamar a sua atenção para o seguinte: tendo sido aqui tratados assuntos de tanta importância, não se falou daquela que é a questão decisiva em Portugal. O nosso país tem mais de meio milhão de desempregados. Este gráfico que lhe mostro, Sr. Primeiro Ministro, dá conta do retrato da evolução do desemprego no nosso país, um retrato que é uma tragédia social: mais 200 000 desempregados nos últimos três anos. Este é o problema do País!

Identificar os problemas, resolvê-los, apresentar propostas é a tarefa política decisiva em Portugal. A questão do desemprego, porque é tão difícil de resolver, exige um esforço que comece desde já, sendo indispensável que as medidas que dêem prioridade a emprego, qualificações e competências comecem tão cedo quanto possível.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Queira concluir.

O Orador: — Concluo, Sr. Presidente.

Desse ponto de vista, registamos que o Governo apresentou uma proposta da realização de 1000 estágios em pequenas empresas, a que acresceu mais 500 estágios no estrangeiro para jovens licenciados, o que não responde ao problema do mais de meio milhão de desempregados.

Continua a aumentar o desemprego, inclusive o de longa e de longuissima duração, e isso exige um esforço para o qual se qualificam as políticas.

E é sobre isso, Sr. Primeiro-Ministro, para ser directo, que se faz a oposição do Bloco de Esquerda. Lembrar-lhe-emos todos os meses que este é o problema fundamental do País e que é sobre este problema que se fazem boas políticas ou más políticas, bom governo ou mau governo, porque é assim que nós todos vamos ser «medidos» pelo País, que nos exige a coragem e a capacidade de uma política de combate ao desemprego.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Louçã, acompanho-o na sua teoria geral sobre a questão dos pactos. Os pactos são positivos, mas devem resultar

do debate plural e das propostas que cada uma das forças políticas apresentar. Gosto da diversidade política e, em minha opinião, a procura de consensos não deve ser feita com parceiros privilegiados. Uma coisa que não existirá são pactos feitos em quartos de hotel e trazidos já servidos a esta Assembleia da República. Isso não existirá!

Aplausos do PS.

Promoveremos tanto o debate político como as zonas de consenso, sem preconceitos, à nossa direita e à nossa esquerda, com o objectivo de servirmos melhor o País com soluções políticas mais consensuais.

O Sr. Deputado enunciou aqui aquelas que me pareceram ser as medidas de emergência para melhorar o nosso sistema de justiça. Ora, tomar medidas de emergência significa escolher, seleccionar, de entre tudo o que há para fazer, o que é mais urgente.

Há muito para fazer — eu também o disse — em vários domínios, em particular no domínio penal. Mas o que me parece ser mais urgente, o que pesa mais sobre a qualidade de vida dos cidadãos e que mais ameaça a nossa economia são estes problemas, os que resultam do fenómeno, novo, da litigância de massas...

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e do facto de os nossos tribunais estarem «colonizados» por uma série de empresas que os utilizam como departamento privativo para resolução dos seus litígios com os consumidores.

Se reparar, há uma diferença de abordagem de muitos destes processos, que agora se centram mais no consumidor e menos naqueles que pretendem cobrar as suas dívidas. Há uma mudança, digamos assim, de paradigma em favor do consumidor. A medida mais emblemática desse ponto de vista é a que diz respeito à consideração do domicílio do consumidor como foro apropriado para a justiça e para o tribunal competente.

Quanto à reforma penal, o Sr. Deputado conhece o nosso pensamento: a base das propostas que iremos apresentar serão as propostas que o Partido Socialista já tinha apresentado na respectiva comissão quando era oposição.

O Sr. Deputado far-me-á, certamente, a justiça de reconhecer que o Governo está muito sensível a esse problema. Os últimos três anos foram muito elucidativos para nós e atribuímos a esta questão a maior importância e as maiores prioridades. É aqui que está, de facto, a emergência, é aqui que é preciso actuar.

Tenho também de referir a sua bondade em invocar a Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, a «comissão Freitas do Amaral». Só posso entender isso como um elogio ao Governo, já que o autor das propostas dessa comissão dele faz parte. Não posso entender isso de outra forma. Que melhor garantia posso dar-lhe de que essa será a nossa orientação? Estando o seu autor no Governo, essas propostas serão levadas à prática.

Quanto ao processo penal, o Sr. Deputado sabe quais são as nossas prioridades: queremos reduzir o limite máximo da prisão preventiva, queremos rever o regime do segredo de justiça, queremos reforçar as garantias e os direitos nas escutas, queremos adequar melhor os processos à natureza e gravidade da criminalidade.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É esse o nosso pensamento sobre essas matérias.

Dou-lhe razão quanto ao acesso à justiça. Aliás, já a dei ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, líder do Partido Comunista, quando lhe respondi. Vamos alterar as matérias que dizem respeito às custas judiciais onde entendermos que isso condiciona o acesso à justiça, ou seja, vamos rever as regras do processo judiciário. Não lhe posso dar outra garantia que não seja esta. O actual Ministro de Estado e da Administração Interna, quando era ministro da Justiça, fez uma revisão desse código de apoio judiciário, que foi posteriormente alterado, para pior, pelo governo anterior. É por isso que lhe dou a garantia de que vamos rever todos os aspectos que dizem respeito às custas que impedem o acesso à justiça por parte daqueles que mais precisam.

Finalmente, sobre o desemprego, Sr. Deputado, concordo consigo. Estou bem consciente da importância, do drama e do perigo do desemprego no nosso país. Por isso, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para responder a esse drama. E o que aconteceu, como o Sr. Deputado já terá notado, foi que o desemprego regressou às prioridades de política económica. A primeira medida que o Governo aprovou não teve, naturalmente, a ver apenas com o combate ao desemprego juvenil, mas destinou-se a promover o crescimento económico. Sem crescimento económico também não haverá emprego.

Deve ainda ter reparado que as preocupações do Governo em desenvolver uma política de proximidade e de acompanhamento dos dramas de encerramento e deslocalização de empresas são também as medidas que me parecem as mais urgentes para salvar tudo aquilo que for possível em termos de postos de trabalho, desde que com soluções económicas racionais.

Esta é a nossa política. A prioridade ao desemprego é a prioridade ao crescimento e também a prioridade a uma política de proximidade que possa salvar as empresas que podem e devem ser salvas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, constato que colocou o autor da reforma do sistema prisional no Governo. Espero que agora coloque a reforma nas prioridades do Governo, porque não foi isso que nos veio aqui anunciar na sua intervenção.

Registo que aceita as alterações às custas judiciais e ao acesso à justiça. É importante registar essa convergência. Esperemos que, a partir de agora, com essa alteração tão urgente, os pobres possam defender os seus interesses no sistema da justiça.

Sr. Primeiro-Ministro, quero levantar-lhe um problema sobre a questão do desemprego. Referiu aqui, como o fez várias vezes, que se trata de uma prioridade política. Registo, no entanto, que no Programa do Governo era referido que seria apresentado um projecto de um programa social de apoio aos desempregados que, até agora, não passa de palavras. E saiba, Sr. Primeiro-Ministro, que dois terços dos desempregados em Portugal não têm subsídio de desemprego, não têm qualquer apoio social. Dois terços! São mais de 300 000 famílias que não têm qualquer apoio.

Por isso, espero a concretização desse programa, até porque há medidas sobre as quais a discussão deve incidir. E vou dar-lhe sete exemplos do que se podia começar já a fazer quanto ao desemprego.

Em primeiro lugar, a formação profissional. Podemos, Sr. Primeiro-Ministro, duplicar as horas de formação profissional na empresa, no próximo ano.

Em segundo lugar, reduzindo os contratos a prazo. Os contratos a prazo são o princípio do desemprego.

Em terceiro lugar, impedindo as deslocalizações. O Sr. Primeiro-Ministro falou disso, mas sabe que a Yazaki Saltano, que pagou com 20 contos todo o terreno em que está instalada, vai despedir agora 500 trabalhadores. É inaceitável uma deslocalização fraudulenta.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Pelo menos, podia impor-se, como regra contratual de todos os benefícios fiscais e outros, não haver nenhuma deslocalização sem a devolução dessas verbas, no caso de as empresas terem resultados positivos.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Em quarto lugar, Sr. Primeiro-Ministro, tendo um programa específico sobre os deficientes, porque são os mais desempregados em Portugal. E saiba que os deficientes são muitas centenas de milhar de pessoas que estão afastados do mundo do trabalho, que por vezes nem sequer são incluídos nas estatísticas, porque não são reconhecidos como pessoas.

Em quinto lugar, o Sr. Primeiro-Ministro sabe que na saúde precisa de muitos mais médicos e enfermeiros e, como demoram muito tempo a trazer e a formar, é preciso um programa de emprego sobre a saúde.

Em sexto lugar, o Sr. Primeiro-Ministro pode e deve actuar no sentido de aproximar as taxas de IRC das praticadas na União Europeia para impedir a concorrência desleal entre os países.

E, finalmente, pode impor uma regra de contratualização de todos os benefícios e subsídios públicos em relação ao contrato do emprego.

Dou-lhe estes sete exemplos concretos, porque esperaria que um Governo hoje fosse capaz de dizer não só que o desemprego é uma preocupação, como é uma prioridade.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Não sei, Sr. Primeiro-Ministro, se, daqui a um mês, quando aqui voltar, estará disposto a aceitar o desafio de fazer tema da sua discussão e da sua intervenção a questão do desemprego e as medidas que o Governo vier a apresentar.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, exprimo uma concordância genérica quanto ao que referiu a propósito da questão do emprego e que vai no seguinte sentido: o

emprego tem de ser uma prioridade nas nossas políticas económicas não apenas pelos dados que já temos e que devem soar como «campainhas de alarme» para que o Governo actue, mas também porque há largas zonas da nossa população e largas zonas territoriais muito afectadas pelo drama do desemprego e que correm o risco sério de ter um fenómeno regional agravado. São, pois, precisas respostas genéricas e pontuais para o problema do desemprego, e estamos a construí-las.

Devo dizer-lhe que vamos apresentar um novo plano nacional de emprego para responder à nova realidade do desemprego em Portugal, mas quero reafirmar a minha convicção de que grande parte do problema do desemprego se resolve investindo também em políticas públicas que promovam o crescimento económico.

Acredito no crescimento económico. É através do crescimento económico que poderemos resolver grande parte dos problemas do desemprego e da desigualdade social em Portugal, que se tem também agravado. Não estamos satisfeitos nem pretendemos disfarçar. O nosso discurso económico não é, como foi nos últimos três anos, o de apresentar apenas o problema das finanças públicas como se fosse o único tema. Não! Finanças públicas, desemprego e desigualdades são os três aspectos mais gritantes da nossa situação económica, aos quais precisamos dar uma resposta.

Applausos do PS.

Sr. Deputado, para que me leve mais a sério, quero também comprometer-me consigo relativamente ao apoio judiciário.

Aliás, aproveito para elogiar o Sr. Ministro da Justiça pelo trabalho que desenvolveu à frente do seu Ministério e que é o autor de todas estas medidas que aqui estou enunciar, um mês depois de o Governo ter iniciado funções.

Applausos do PS.

Depois de consultar o Sr. Ministro da Justiça, posso comprometer-me consigo no sentido de que, até ao final do ano, apresentaremos aqui as nossas propostas, com vista a rever os aspectos das custas judiciais, que permitam um acesso das pessoas mais pobres e, em particular, dos trabalhadores ao apoio judiciário.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, quero saudá-lo nessa qualidade neste primeiro debate mensal na Assembleia da República, esperando que se sigam muitos outros.

Na sua intervenção de abertura, o Sr. Primeiro-Ministro omitiu duas questões que já foram aqui levantadas pelas bancadas do PCP e do BE, o que demonstra também, em nosso entender, um certo «estar de costas viradas» para os operadores judiciários, porque são duas questões que têm sido muito discutidas entre os juízes, os advogados, os solicitadores, os notários, os conservadores. Pensamos que isso não é um sinal positivo. O Governo deve procurar dialogar com os operadores judiciários — o que, certamente, não são discussões estéreis.

O acesso ao direito é uma questão que também nos preocupa pelo que nos vemos obrigados a trazê-la hoje ao debate. Com efeito, o aumento das custas judiciais e dos actos notariais tem agravado as dificuldades daqueles que menos podem e menos têm.

O apoio judiciário, sob o pretexto de que era demasiado amplo e dava cobertura a situações que não mereciam a sua protecção, viu-se demasiado restringido, tendo saltado fora da sua protecção situações que mereciam essa defesa. De resto, foram encontradas situações verdadeiramente maquiavélicas, designadamente quando, em vez de ser deferida a dispensa do pagamento da taxa de justiça inicial, se optou pela modalidade de pagamento em prestações, em que às vezes a primeira prestação, que tem de ser paga logo a seguir, é quase do mesmo valor da taxa de justiça inicial. De facto, não se está a prestar um apoio a quem é carenciado, mas a manter as dificuldades da denegação da justiça.

Também a falhada reforma do processo executivo continua a levantar problemas extremamente graves: milhares de processos parados nas insuficientes secretarias de execução; um sistema informativo frequentemente bloqueado, que, ainda recentemente, teve de ser revisto; custos acrescidos pela introdução de agentes de fora do tribunal que levam a que o processo executivo seja cada vez mais só para as empresas, para os bancos, para quem mais pode, pois quem tem menos e, eventualmente, tem dívidas de menor valor (mas que para os próprios assumem um carácter muito importante na sua economia familiar) vê denegado o direito à acção executiva.

Se a celeridade é importante, Sr. Primeiro-Ministro, se a morosidade pode matar a justiça, se calhar o que mais rapidamente a mata é a falta de justiça e de igualdade na justiça.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O **Orador**: — O acesso à justiça tem de ser igual para todos. Para que a justiça se torne, de facto, um factor de desenvolvimento, é preciso que seja mais justa, isto é, mais igual para todos.

Falar de justiça e de igualdade impõe que se fale também de justiça social.

Recentemente, o Governo do PS decidiu aumentar 3,7% o preço dos transportes colectivos públicos, com início a partir de Maio. Para tal, invoca razões relacionadas com a inflação e também com a variação do preço dos combustíveis, o que significa que pretende acompanhar a lógica sobre esta matéria seguida pelo anterior governo, do PSD, em relação à qual somos frontalmente contra.

É que, de entre os cidadãos dos países da União Europeia, os portugueses já são quem mais paga em termos de habitação, saúde, electricidade, comunicações e transportes e, ainda, aqueles cujos salários e pensões são os piores. Ora, tendo em consideração que os portugueses sempre foram dos mais carenciados, têm necessidade de apoio social no que diz respeito aos transportes colectivos.

Esta é uma medida extremamente gravosa do ponto de vista social, mas também do ponto de vista ambiental, como V. Ex.^a certamente reconhecerá, face aos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto sobre a emissão de gases poluentes. É que todas estas medidas vão empurrar o cidadão para o uso do automóvel particular, com graves implicações em termos do efeito de estufa e do aquecimento global do Planeta.

A este propósito, reaparecem as questões da seca, da saúde pública, do stress, da qualidade do ar nas nossas cidades, questões importantes cuja resolução esta medida vem retardar.

Convém lembrar que, em 2004, o preço dos transportes públicos aumentou 6,8%, valor muito acima da inflação e, principalmente, muito superior ao aumento verificado nos salários e nas pensões.

Quando entrar em vigor este aumento de 3,7% teremos assistido a um aumento de 10,5% no preço dos transportes públicos ao longo de um período de 14 meses. Ora, Sr. Primeiro-Ministro, neste mesmo período, quanto aumentaram os salários e as pensões?

Por outro lado, continua por resolver a questão dos passes sociais em relação aos operadores privados de transportes, que envolvem cerca de 5 milhões de utentes. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos desse um sinal de que a situação está a progredir e gostaria de saber quando teremos uma resposta concreta em relação a esta questão.

Por falar em justiça e em crime, tenho de falar num crime ambiental no sentido do qual o Governo já deu o primeiro passo.

Na verdade, na semana passada, o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, um decreto-lei que prevê as regras de coexistência entre o cultivo de organismos transgénicos (OGM) e o de produtos biológicos ou culturas convencionais.

É conhecida a posição de Os Verdes em relação a esta matéria. De resto, o nosso trabalho sobre isso, nesta Assembleia, remonta à VIII Legislatura. Nesta matéria, Os Verdes sempre têm defendido o princípio da precaução e, aliás, na discussão do Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro também disse que o defendia e que o mesmo constituía uma sua grande preocupação. Se assim é, por que é que o Governo avança já com o referido decreto-lei?

Já agora, gostaríamos de saber em que estudos de viabilidade económica e de impacte sobre o ambiente, a saúde pública e os direitos do consumidor se baseou o Governo para avançar com este decreto-lei.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, o Governo aprovou das regras mais exigentes para o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM).

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não parece ser verdade!

O **Orador**: — Portugal é, de entre os países da Europa, aquele onde são mais fortes as exigências de segurança. Por isso, não me pesa na consciência nenhum crime ambiental. Bem pelo contrário.

No entanto, o que não temos é um preconceito quanto aos OGM como os senhores têm. Lamento, mas ainda não é crime não ter preconceitos!

A verdade é que, no mundo inteiro, os organismos geneticamente modificados deram um bom contributo para matar a fome a muita gente.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Para matar a biodiversidade!

O **Orador**: — O problema dos organismos geneticamente modificados é o de que devem obedecer às regras de segurança e de rotulagem que permitam ser o consumidor a escolher.

Portanto, segurança nos testes, segurança no cultivo e, também, possibilidade de escolha. Foi isso que estatuímos na nossa legislação.

Posto isto, Sr. Deputado, estou muito de acordo com o retrato que faz da situação da justiça. Aliás, foi por isso que apresentámos as medidas concretas que aqui enunciei e às quais lamento que o Sr. Deputado não se tenha referido. A não ser que não o tenha feito porque concorda com as medidas e que se dispense de as referir só porque, sendo de iniciativa do Governo e estando o Sr. Deputado de acordo, não o pode confessar.

Sr. Deputado, o Governo dialoga com operadores judiciais, sim, mas esse não é o nosso fim. O nosso fim é o de servir melhor os cidadãos.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — E a forma de melhor servir os cidadãos é fazer o diálogo que estamos a fazer, mas tomar as medidas que devem ser tomadas para servir as pessoas, não os operadores judiciais. O seu é um vício de raciocínio que, presumo, ninguém acompanha.

Finalmente, não há governo que não gostasse de não aumentar o preço dos transportes, mas acontece que o Sr. Deputado conhece tão bem quanto eu próprio a evolução do preço do petróleo, e escuso-me de dizer mais sobre isso.

Assim, estamos é a proceder no sentido de que não deixe de ser feito tudo o que signifique dar apoio aos mais desfavorecidos. É por isso que estamos em negociações para que o passe social possa ser uma realidade em todos os transportes públicos, mesmo os que são operados por privados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes para replicar.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, volta a referir que não tem preconceitos em relação aos organismos geneticamente modificados. Mas é importante ter opinião sobre as questões e tal só deve ser considerado preconceito quando não tem razão de ser.

Ora, havendo estudos, cientistas, ambientalistas que alertam para os possíveis efeitos nefastos dos OGM, para experiências que apontam claramente para uma diminuição da biodiversidade, segundo os quais existe e é verdadeira a contaminação do ambiente por parte dos organismos geneticamente modificados, o que dizemos não corresponde a medos nem a preconceitos, são opiniões baseadas em estudos científicos.

Naturalmente, os estudos em que baseamos as nossas opiniões não são os mesmos efectuados por cientistas muitas vezes a soldo de multinacionais de biotecnologia que, naturalmente, pretendem patenteiar as respectivas sementes e ter na sua mão todos os agricultores do mundo.

Pela nossa parte, baseamo-nos em cientistas livres, livres-pensadores que alertam para os problemas. Se considera que isto é ter preconceitos, nós entendemos que não, que é tomar cautela, pretender salvaguardar o bem público.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Pretendemos salvaguardar uma situação que não terá retrocesso uma vez lançados no ambiente os organismos geneticamente modificados. Portanto, a precaução impõe-se, Sr. Primeiro-Ministro.

Ora, a precaução não se consegue obter através da rotulagem, não se consegue simplesmente dando aos consumidores o direito de escolherem entre consumir os produtos transgénicos ou os produzidos preferencialmente através de métodos biológicos. É que, se o consumidor confia no seu Governo e se este, aparentemente sem estar de posse de bases concretas sobre os impactes que os transgénicos podem ter na saúde pública, lhe diz que pode consumir, que tem essa opção, então, naturalmente, o consumidor irá consumi-los e depois se verão os resultados. Mas com isso não está o senhor preocupado porque não tem preconceitos!... Lamentamos!

Quanto à fome no mundo, o mesmo se dizia sobre o DDT, produto acerca do qual, quando apareceu, se dizia que iria resolver o problema da fome nos países subdesenvolvidos. Foi o que se viu, Sr. Primeiro-Ministro!

Verificamos que o Sr. Primeiro-Ministro partilha das nossas preocupações sociais e congratulamo-nos com isso. Ficamos à espera para ver quando surgirão essas medidas.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda tenho de colocar-lhe mais uma questão que diz respeito às prisões. Considerando que um dos principais objectivos da política criminal é, precisamente, o da ressocialização do indivíduo, do recluso, e que tal objectivo tem estado muito aquém de ser atingido pela política criminal no nosso país, fiquei preocupado porque o Programa do Governo praticamente não faz referências à política criminal, limitando-se a uma questão que é muito importante — e já lá irei —, a da toxicodependências nas

cadeias.

Na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro refere-se às recomendações contidas no relatório da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, com o que ficamos contentes. No referido relatório, a Comissão refere-se a uma questão, já aqui suscitada várias vezes por Os Verdes, que se prende com a toxicodependência.

Dado que o problema da toxicodependência é a única referência feita pelo Governo às questões relacionadas com o meio prisional português e tendo, ainda, em consideração que o recentemente indigitado Presidente do Instituto da Drogas e da Toxicodependência também já anunciou ser favorável ao processo de trocas de seringas, gostaríamos de saber se o Sr. Primeiro-Ministro irá implementar aquela medida que, de resto, corresponde a uma proposta que estava incluída no projecto de lei de Os Verdes que conduziu à Lei n.º 170/99, mas que foi expurgada da matéria relativa à troca de seringas.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Entretanto, na anterior legislatura, Os Verdes fizeram duas propostas com vista a reintroduzir no meio prisional a implementação desta medida face às graves taxas de hepatite e de SIDA, a qual seria extremamente importante para minimizar estes problemas...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Gostaríamos de saber se, de facto, o Governo vai avançar com esta medida, dando cumprimento ao Plano Nacional contra a Drogas e a Toxicodependência.

Aplausos de Os Verdes e de Deputados do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, acho que não tem a mínima razão.

A legislação que o Governo aprovou define regras de segurança e regras de precaução para que a anterior situação, que era de total liberalidade, não pudesse continuar.

A Sr.ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Em que estudos se baseou?!

O **Orador**: — A legislação vai, portanto, no sentido de definir essas regras, de tornar a situação anterior, que era totalmente liberal, numa situação mais exigente relativamente aos OGM.

Por outro lado, os OGM passíveis de utilização são apenas os que foram objecto de um parecer positivo por parte do Comité Científico.

Assim, não posso deixar de lhe dizer que só um mero preconceito pode considerar permissiva essa nossa lei, porque permissiva era a actual situação em que não existia qualquer exigência relativamente ao cultivo de OGM. Portanto, neste domínio, não tem razão nem posso dar-lha.

No que diz respeito às prisões e ao que referiu relativamente às políticas de redução de danos, quero dizer-lhe que, em meio prisional, tal como na sociedade, desenvolveremos uma política de combate à toxicodependência numa abordagem pragmática e não dogmática. Utilizaremos todos os programas de redução de danos que possam contribuir, desde logo, para a redução da violência e do impacto das doenças infecto-contagiosas e também para proteger a saúde do toxicodependente; utilizaremos todos os programas, desde que esses programas tenham uma avaliação que conduza a bons resultados.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Não somos pelo experimentalismo, mas não temos qualquer preconceito ideológico que não permita utilizar aquele que já se sabe conduz a bom resultado.

A propósito da troca de seringas nas prisões, o que esperávamos era que, passados estes últimos três anos, esse trabalho de avaliação de outras experiências nos restantes países já estivesse feito. Afinal de contas, não está! Mas devia estar. É que nós olhamos para todos esses programas de redução de danos sem qualquer preconceito. E todos aqueles que servirem para melhorar a saúde do toxicodependente, para prevenir a contaminação por doenças infecto-contagiosas e para reduzir o nível de violência serão adoptados por este Governo.

É tudo o que posso dizer-lhe sobre esta matéria, Sr. Deputado. Esta será a nossa orientação.

Aplausos do PS.

Quero ainda lembrar-lhe que quem alterou a política da droga em dois aspectos fundamentais, o de não criminalizar o consumo e o de valorizar as políticas de redução de danos, foi o Partido Socialista quando esteve no governo e quando aprovou a última estratégia nacional de luta contra a droga.

Applausos do PS.

Protestos de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, vamos passar à segunda volta de perguntas. Peço-lhes que façam observância dos tempos regimentais: 3 minutos para cada pergunta e igualmente 3 minutos para cada resposta.

Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José de Aguiar Branco.

O Sr. **José de Aguiar Branco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os meus cumprimentos.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me um reparo inicial. Falou V. Ex.^a em medidas certeiras na área da justiça e, ao fazê-lo, quase que roçou o caricato, porque, neste mês e meio desde que está em funções, a primeira vez que o Governo de V. Ex.^a interrompeu o silêncio na área da justiça, fê-lo em matéria de investigação criminal, por via do Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, prontamente corrigido pelo Sr. Ministro da Justiça, para, no final, se chegar à conclusão de que tudo tinha sido um erro e que, afinal, a medida já estava consagrada na lei.

Applausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Chama-se a isso trapalhada!

O **Orador**: — Desejo melhor sorte nas próximas medidas certeiras que o Governo aqui anunciou.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A que matéria se refere?

O **Orador**: — À matéria de investigação criminal, Sr. Primeiro-Ministro, concretamente ao acompanhamento da Polícia de Segurança Pública, nas acções por ela levadas a cabo, pelo Ministério Público.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Depois, explica-lhe!

O **Orador**: — A matéria da justiça é uma matéria de Estado, uma matéria de relevância para o interesse nacional e para o Estado de direito democrático. Daí que tivéssemos apresentado, quando estávamos no governo, um pacto para a justiça. É que os problemas da justiça, Sr. Primeiro-Ministro, não são só de moralidade mas também de credibilização do sistema.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E o pacto que foi apresentado não o foi num quarto de hotel; foi aqui, na Assembleia da República, na Casa da democracia. Efectivamente, tive uma reunião com o Sr. Deputado Francisco Louçã, com o Sr. Deputado António Filipe, com o Partido Socialista e com as outras forças, para aqui, na sede da democracia, onde me desloquei, tratar de uma matéria de consenso nacional.

Applausos do PSD.

Nesse pacto, havia um primeiro patamar que tratava de matéria respeitante ao governo da justiça. As reformas não nos devem assustar por serem pequenas ou grandes; devemos fazer aquelas que são necessárias, grandes ou pequenas. Lembro que essa agenda que apresentei neste Parlamento mereceu um largo consenso de todas as forças políticas.

Conheço bem o que o Partido Socialista, na altura, referiu em sintonia com o governo. Conheço bem o desafio feito pelo Sr. Presidente da República a todos os partidos desta Assembleia. Conheço bem a disponibilidade que o Partido Socialista — na altura, na oposição — manifestou para tratar de matérias mesmo de incidência constitucional. Conheço bem o que a comissão técnica, presidida pelo Dr. Miguel Galvão Teles, estava a fazer sobre esta matéria.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro — e digo-o como aparte —, também conheço bem aquelas medidas aqui anunciadas por V. Ex.^a, que constavam na sua essência de um plano do Prof. Pinto Monteiro e que eu, pessoalmente, também entreguei ao Sr. Ministro da Justiça, Alberto Costa.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Por outro lado, estando aberto um processo de revisão constitucional, ninguém compreenderá que não se aproveite esta ocasião para também tratar das matérias da justiça que tenham incidência constitucional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A reforma ficará coxa se, nessa área, naquela que é essencial, e no texto por excelência da afirmação da justiça, não se fizerem também as reformas que devem constar.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Quais?

O **Orador**: — A pergunta, muito concreta, é esta: está V. Ex.^a em condições de assegurar que a maioria que suporta o Governo terá a mesma disponibilidade que teve quando estava em minoria,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... para, em sede de revisão constitucional, proceder às alterações que se revelem necessárias na área da justiça?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José de Aguiar Branco, o Sr. Deputado, durante os meses em que foi Ministro da Justiça, falou muito em pacto, muito, desenvolveu muito a «teoria geral do pacto». Mas temos de reconhecer que, nesses seis meses, isso teve pouco impacto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É só conversa!

O **Orador**: — É que medidas concretas, o Sr. Deputado, quando era Ministro da Justiça, não as apresentou. Muita teoria geral, muitos tópicos, como diz o Sr. Deputado, muita agenda... Ó Sr. Deputado, por amor de Deus! Quanto à agenda do que há a fazer, quanto aos tópicos das reformas, estamos, há muito tempo, de acordo! Há décadas de concordância! O problema são as propostas em concreto,...

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Exacto!

O **Orador**: — ... porque muitas coisas se jogam no pormenor.

E mais: grande parte daquilo que são as abordagens ideológicas, também, do sistema de justiça, que as há e diferentes, jogam-se em pormenores.

O problema é que não podemos tentar disfarçar a incapacidade para apresentar medidas concretas falando apenas na teoria geral, senão isso faz lembrar aquilo que se passa sempre com a reforma fiscal: toda a gente acha que há uma boa reforma fiscal, mas, quando se apresenta uma em concreto, afinal de contas, poderia haver sempre uma muito melhor do que aquela que é apresentada.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não desvie a conversa!

O **Orador**: — Não, Sr. Deputado! Os desafios da justiça exigem duas coisas: primeiro, medidas concretas. E, desculpe-me, Sr. Deputado, o que é caricato é o senhor vir aqui agora dizer que, afinal de contas, tinha as medidas quase prontas no Ministério da Justiça, mas que, enfim, não teve tempo de promovê-las.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não disse nada disso!

O **Orador**: — Recordo, Sr. Deputado, que nós estamos a governar apenas há um mês e, num mês, já apresentámos estas respostas,...

Vozes do PSD: — Estavam todas mal feitas!

O **Orador**: — ... que vamos agora aprovar em Conselho de Ministros. Isto, ao contrário dos senhores, que, passado tanto tempo, não foram capazes de desenvolvê-las.

Aplausos do PS.

Não me lembro de nenhuma proposta em concreto que o senhor tenha formulado. Não me lembro.

Protestos do PSD.

Não me lembro de nenhuma daquelas que se incluiriam naquele pacto de regime sugerido pelo Sr. Deputado.

Mas devo dizer-lhe uma coisa: o Governo está absolutamente disponível para conversar com a Assembleia da República, com todos os partidos, para se conseguir um entendimento relativamente às reformas e à necessidade de darmos uma orientação às mudanças que é necessário promover.

Agora, não nos esconderemos atrás do método para disfarçar a substância. Não! O método será naturalmente o debate e a procura de consensos, mas o Governo assumirá a sua responsabilidade de apresentar, em concreto, as medidas que entende deverem ser tomadas no campo da justiça.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E a revisão constitucional?!

O **Orador**: — Não nos refugiaremos atrás da ideologia do pacto para pactuarmos com a realidade e com a situação actual. Não! Nós queremos andar para a frente. E anda-se para a frente apresentando, em concreto, as medidas que são necessárias.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E a revisão constitucional?!

O **Orador**: — Ficámos à espera...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... que o Sr. Deputado, em 3 minutos, se referisse a uma das medidas para exprimir concordância ou discordância. Noto, no entanto, que não o fez em relação a nenhuma.

Aplausos do PS.

Desculpe, mas isso é o que se chama...

O Sr. **José de Aguiar Branco** (PSD): — Estou de acordo!

O **Orador**: — Ah, não o fez, porque está de acordo! Bom, então, podia tê-lo dito! Está de acordo, óptimo! Pois é! Já estava tudo feito lá no Ministério, não é?!... Ora, então não! Está-se mesmo a ver...!

É por isso que muitos já dizem que o vosso governo era o governo do «podia ter sido» — podia ter sido, podiam ter aprovado as medidas,... mas não as aprovaram. E é este o Governo que as vai aprovar. É que, sabem, relativamente a algumas destas medidas, é preciso coragem para as implementar, coragem!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — E isso foi o que não existiu ao longo de muito tempo. Durante décadas, ouvi dizer que talvez fosse preciso reduzir as férias judiciais, mas nunca ninguém teve a coragem de aprovar uma proposta de lei nesse sentido. Agora, ela está feita e vamos aprová-la porque essa é uma reforma fundamental para o sistema de justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o PSD, quando não tem nada para dizer, invoca a necessidade de uma revisão constitucional. Todos nós sabemos que é assim e, mais uma vez, foi o que aconteceu hoje, neste debate.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Há uma óbvia diferença de estilos entre o actual Governo e o anterior.

O governo anterior prometia pactos, fazia profissão de fé nos pactos, e depois esperava, esperava, continuava à espera... Esperava o quê? Esperava que a oposição, em particular o Partido Socialista, apresentasse as propostas para que pudesse haver um pacto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Bem podíamos esperar sentados!

O **Orador**: — Só que, normalmente, quando essas propostas eram apresentadas, chumbava-as! Todos estamos recordados dos muitos projectos de lei que foram apresentados e, depois, chumbados pelo PSD e pelo CDS-PP.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Este Governo lidera. Este Governo não está à espera que outros o substituam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo mostra que comprehende que há necessidade de resolver problemas concretos e não fazer um discurso sobre a crise da justiça, sobre a revisão constitucional ou sobre as doutrinas. O Governo não se prende com discursos sobre as crises. Portanto, o que aqui vem apresentar é o diagnóstico e as soluções. O diagnóstico é a morosidade da justiça e o congestionamento dos tribunais e, para combater essa situação, apresenta medidas concretas.

Perante isto, o que temos aqui? Temos um PSD no seu melhor estilo. Dou-vos dois exemplos apenas desse melhor estilo.

O Partido Social Democrata, pela voz do seu novo líder, disse-nos que o Governo só toma medidas que provocam acréscimo de despesa. É claro que já foi desmentido e demonstrado que não é assim. Contudo, qual é a crítica seguinte feita pelo Sr. Deputado Marques Mendes? Que o Governo tenha suspendido algumas medidas, medidas essas que, visivelmente, no entendimento do Governo, prejudicam o interesse financeiro do Estado. É este o PSD no seu melhor estilo!

Mais: o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui apresentar algumas medidas concretas e foi necessário «tirar a ferros» do Sr. Deputado Aguiar Branco que está disponível e de acordo com estas medidas. Porque o PSD esteve duas horas e meia sem conseguir dizer o que pensa sobre as medidas que aqui foram apresentadas.

O PSD esteve duas horas e meia para dizer o que pensa sobre o alargamento do processo de injunção, esteve duas horas e meia para dizer o que pensa sobre a descriminalização dos cheques sem cobertura até aos 150 €,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Grande medida!...

O **Orador**: — ... esteve duas horas e meia para dizer o que pensa sobre a conversão das transgressões e contravenções em ilícitos administrativos, esteve duas horas e meia para se pronunciar sobre a alteração das regras de competência, esteve duas horas e meia para se pronunciar sobre a redução das férias judiciais.

Foi preciso que houvesse um diálogo directo para alguém dizer que está de acordo! Não sei se a opinião do Sr. Deputado Aguiar Branco corresponde à posição do PSD,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... mas era importante que o PSD confirmasse, porque, se assim não for, ficamos com a ideia de que o PSD, mais uma vez, não tem coragem nem opinião para tomar medidas concretas!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Responder a quê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vitalino Canas, em primeiro lugar, o Governo não veio aqui fazer o retrato da crise, nem lamentar o problema ou chorar sobre o problema, nem fazer mais um discurso de grandiloquência sobre a crise da justiça. O Governo veio aqui propor medidas concretas que vão permitir retirar muitos milhares de processos dos tribunais.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Essa é que é essa!

O **Orador**: — Este é que é o ponto. Esta é que é a nossa responsabilidade.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — É isso que vos dói!

O **Orador**: — É agir sobre o que é mais urgente. É servir as pessoas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Cá estaremos para ver!

O **Orador**: — Este é o método correcto e adequado para responder aos problemas da justiça.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é fazer a grande reforma, começando por uma mudança dos códigos e esperando que o sistema se adapte. Não! Queremos intervir no sistema para o melhorar, porque a verdade é que não se pode esperar. Nem as empresas nem os cidadãos podem esperar.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — É verdade!

O **Orador**: — Querem resultados concretos e imediatos, porque isso é absolutamente fundamental até para credibilizar de novo o nosso sistema.

Em segundo lugar, ouço falar em revisão constitucional, mas gostaria de saber exactamente o que propõem, porque ainda ninguém disse o que quer que seja, a não ser umas formulações vagas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Vamos apresentar!

O **Orador**: — É muito claro para nós que esta revisão constitucional se destina a um único ponto: o de permitir, através do referendo constitucional, formular uma pergunta clara aos portugueses no sentido de saber se querem ou não que Portugal ratifique o Tratado Constitucional Europeu e fazê-lo no mesmo momento em que se realizam as eleições autárquicas em Portugal.

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Tal é absolutamente fundamental para que possamos cumprir o que há muito tempo prometemos aos portugueses. Os portugueses vão ter um momento em que poderão dizer se concordam ou não com o caminho do aprofundamento do projecto europeu.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Está a fugir à questão!

O **Orador**: — É para esse fim que se destina esta revisão constitucional!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E o resto?!

O **Orador**: — Mas aqueles que tanto falam em revisão constitucional, como se não tivessem outro tópico ao qual se agarrrar para o debate político, já agora, conviria que esclarecessem, em concreto, o que propõem na revisão constitucional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos de acordo com a maioria das medidas que V. Ex.^a apontou, porque as consideramos necessárias. É o que acontece, nomeadamente, com a questão das transgressões — uma vez por outra, vou aos tribunais e encontro os magistrados judiciais a despachar transgressões de não pagamento de portagens da Brisa, o que lhes tira muito tempo. Portanto, nesse aspecto, penso que é avisado tomar algumas destas medidas.

No entanto, não estou de acordo com o enfoque que V. Ex.^a colocou neste debate quando falou muito dos reflexos do mau funcionamento da justiça na competitividade da economia, mas não tratou dos reflexos do mau funcionamento da economia na morosidade da justiça. E a verdade é que isso se verifica.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A verdade é que muitos trabalhadores são despedidos através de despedimentos selvagens cujos processos se acumulam nos tribunais do trabalho; a verdade é que se acumulam as acções de dívida porque as pessoas ganham mal!

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro deveria ter colocado este enfoque e responder às perguntas já formuladas, nomeadamente pelo meu camarada Jerónimo de Sousa, que têm a ver com o funcionamento da economia e que contribuiriam para que muitas questões sociais não fossem desembocar nos tribunais. Porque é isso que se verifica.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Muitas questões deveriam ser resolvidas antes, com outras regras económicas, para não darem origem à acumulação de processos nos tribunais. Este é o enfoque que é necessário dar aqui, hoje, para que não se fique a julgar que, afinal, é a justiça que tem a culpa de tudo, o que não é verdade.

Por exemplo, por que razão a Inspecção do Trabalho não funciona para fazer a fiscalização do cumprimento das leis do trabalho? Por que é que os trabalhadores têm de ir a tribunal para reclamar diferenças de ordenados? Ou para reclamar contra um despedimento ilícito? Por que é que não se põe a funcionar a máquina da Inspecção do Trabalho? Claro que é difícil fazê-lo se tivermos presente a sua proposta «saem dois funcionários públicos, entra um»!

Por outro lado, penso que está certo dizer que, no fundamental, não se trata de alterar alguns grandes códigos. Contudo, recordaria que, na última legislatura, a Assembleia da República esteve muito ocupada, durante meses, com uma proposta do Partido Socialista destinada a estudar a introdução de reformas no Código de Processo Penal e no Código Penal. Mas a vida demonstrou que o Código de Processo Penal, afinal, resolvia os problemas que aqui foram detectados.

Lamento, ainda, que o Sr. Primeiro Ministro não se tenha referido — ou, pelo menos, fê-lo muito frouxamente — à questão da acção executiva, que é um escândalo! E esta situação não vem só do anterior governo. A filosofia de base da acção executiva é originária do Partido Socialista. Refiro-me à privatização na área da justiça. E qual foi o resultado? Em Lisboa, nas cerca de 14 000 ou 15 000 execuções entregues aos solicitadores de execução, apenas houve 3 em fase de penhora, 1000 tiveram processamento...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputada.

A Oradora: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Por último — e não vou ter tempo de dizer tudo o que pretendia —, há pouco protestei e devo dizer por quê, Sr. Primeiro-Ministro. Estamos disponíveis para discutir a questão das férias judiciais — aliás, desde 1987, o Partido Socialista alterou a sua posição em relação a essa matéria, pois num outro debate afirmou que não estava de acordo com a redução das férias judiciais —,...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputada.

A Oradora: — ... apenas não concordei que o Sr. Primeiro-Ministro dissesse que os tribunais estavam dois meses encerrados, porque não é verdade. Mas não vou falar mais sobre isso.

Última pergunta: o que pensa fazer em relação à privatização do notariado que o anterior governo decidiu? Esta situação vai provocar acumulação nos tribunais.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, queira concluir a sua intervenção.

A Oradora: — São feitas escrituras sem que sejam lidas e explicadas às pessoas! O que pensa fazer, Sr. Primeiro-Ministro?

Applausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Odete Santos, tenho muito gosto em responder-lhe. Começo por registar que a Sr.^a Deputada considera necessárias estas medidas que aqui anunciei.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Mas faltam outras!

O Orador: — Julgo que estas medidas são necessárias pelas razões que invocou imediatamente a seguir. Grande parte da urgência destas medidas destinam-se a libertar o sistema de justiça para que ele fique em condições de, justamente, poder responder àqueles que mais necessitam de acesso à justiça e de uma justiça mais célere e mais rápida. Esse é o objectivo.

A verdade é que os nossos tribunais estão hoje muito dominados por aquelas grandes empresas que promovem o consumo de massas e que utilizam os tribunais para o diferendo da resolução dos seus contratos e das suas garantias bem como das dívidas dos consumidores, não deixando quase espaço para que o sistema possa respirar e servir aqueles que ocasionalmente dele precisam, em particular aqueles que, tendo condição social humilde, mais necessitam do acesso mais pronto, mais rápido e mais eficaz à justiça.

Naturalmente, não há um mundo perfeito. Haverá sempre litígios, divergências — aliás, é por isso que existem tribunais — e há questões económicas que promovem esses litígios e essas divergências que têm de ter uma resolução nos tribunais.

Estou bem ciente de que grande parte dos processos que acorrem aos tribunais resultam também do agravamento das condições sociais. Mas a melhor forma de respondermos a essa questão é libertarmos os tribunais para que eles possam também ter melhores condições para responder a esses processos, em particular àqueles que resultam das questões laborais.

Sr.^a Deputada, relativamente à acção executiva, apenas lhe digo que ela foi uma boa reforma.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Não me diga!?

O Orador: — Repito, a acção executiva foi uma boa reforma. Simplesmente, foi uma boa reforma bem concebida mas mal executada. As reformas não precisam apenas de ter uma boa lei. Precisam que, depois, se adeque o sistema, se trate dos procedimentos, se faça a formação das pessoas, se reúnam os meios para que essa reforma possa ter êxito.

A verdade é que, muito embora isso não tenha sido feito, começa agora a ser feito. Tenho a esperança e a convicção de que, resolvidos os bloqueios, essa reforma da acção executiva possa servir para aquilo que ela foi feita, ou seja, para resolver grande parte destes problemas e transformar o nosso sistema de justiça num sistema mais competitivo e em melhores condições de servir os cidadãos.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a dizia há pouco que não recordava medidas na área da justiça implementadas pelos governos da anterior maioria. Devo dizer que o Sr. Primeiro-Ministro, porventura, só pode ter memória curta. Há pouco, elogiou a reforma da acção executiva. Mas essa reforma da acção executiva é de quem? É de V. Ex.^a? Não é! Foi implementada pelo governo anterior, pela Sr.^a Ministra Celeste Cardona.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro não se lembrará, por acaso, do novo regime jurídico da adopção? É seu? Não é! É do anterior governo.

O alargamento generalizado do uso de pulseiras electrónicas foi implementado de forma pioneira por quem?

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Orador: — Foi por si? Não foi! Foi pelo anterior governo.

O novo regime jurídico do contencioso administrativo e fiscal foi implementado por quem? Por V. Ex.^a? Não foi!

Sr. Primeiro-Ministro, ao referir-se ao novo Código da Insolvência ou, até, à reforma do sistema prisional, que elogiou, apontando o dedo para o Sr. Ministro Freitas do Amaral, seria bom que se tivesse lembrado que essa reforma também foi levada a cabo por um outro governo, precisamente pela Sr.^a Ministra Celeste Cardona, então titular da pasta, e o Ministro que hoje tem ao seu lado, por acaso, à data, colaborou com esse governo porque lhe via mérito e por ele foi convidado. De outra forma não o seria.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, mesmo essa reforma que elogiou não é sua mas da anterior maioria. A memória pode ser curta, pelo menos a de V. Ex.^a, mas não pode ser assim tão curta!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Deixo-lhe ainda algumas perguntas sobre outros temas, porque, infelizmente, o tempo é curto.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Como a memória do Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, anualmente, as famílias portuguesas gastam 150 milhões de euros (30 milhões de contos) na aquisição de 9 milhões de manuais escolares — são 4500 t de papel. Só para o manual da Matemática do 2.º ano do ensino básico existiam 43 propostas alternativas. O anterior governo tentou alterar este estado de coisas. Assumiu o problema de frente e, em alguns casos, também de forma pionera, como foi o exemplo de uma experiência piloto que incidia sobre famílias mais desfavorecidas para transmissão em cadeia de manuais escolares. No entanto, o Governo de V. Ex.^a revogou essa medida, que era experimental e que visava dar respostas ao Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, gostávamos de saber porquê, pois francamente nos parece que, enquanto nos preocupávamos com as famílias, V. Ex.^a cedeu aos lobbies. Isso é inconcebível num Governo que diz querer fazer reformas!

Applausos do CDS-PP.

Este regime facultativo de trocas de manuais escolares para sua reutilização nos 2.º e 3.º anos do ensino básico foi revogado, mas V. Ex.^a tem de ter presente que cada pai de um aluno matriculado no 7.º ano de escolaridade sofre na sua bolsa um custo médio de 160 €. Ora, porque o salário médio, em Portugal, é de 645 €, com esta revogação que V. Ex.^a ordenou impôs às famílias médias com estes salários que gastem 25% do seu orçamento familiar nas compras de manuais escolares, em Setembro. Gostava de saber, Sr. Primeiro-Ministro, porque revogou esta medida.

Uma outra questão: como sabe, a política de imigração tem, em Portugal, importantíssimos reflexos na economia nacional pelas consequências sociais, pela obrigação do Estado no sentido da integração, mas também pela necessidade de o Estado combater decididamente o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal.

Sr. Primeiro-Ministro, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem tido uma larga intervenção nesta matéria e adquirido muita experiência. São-lhes pedidos pareceres internacionais, precisamente porque lhes é reconhecido mérito. Todavia, na passada quarta-feira, o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna afirmou, na 1.ª Comissão, que ia retirar competências ao SEF para as dar à Polícia Judiciária (PJ), o que nos preocupa.

O Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna** (António Costa): — Não é verdade!

O Orador: — Por isso, deixo-lhe as seguintes questões, Sr. Primeiro-Ministro: quais são as competências, em concreto, que o Governo pretende retirar ao SEF?

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O SEF passará a ser um mero serviço administrativo de passagem de documentos, em vez de serviço de segurança? O Governo vai desperdiçar este capital de conhecimento? O que vai fazer aos investigadores do SEF? Vai transferi-los para a PJ ou, não os transferindo, vai aumentar os quadros da Polícia Judiciária?

Applausos do CDS-PP.

Aparte inaudível do Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

É que chamarem-me parvo não tem dimensão de Estado. O Sr. Ministro devia estar numa RGA. É lamentável!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Peça desculpa, Sr. Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, só por piada é que o Sr. Deputado Nuno Melo pode dizer que a reforma sobre o uso de pulseiras electrónicas se pode atribuir ao CDS-PP ou ao anterior governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém disse isso!

O **Orador**: — Toda a gente sabe, no País, que essa reforma foi pensada, concebida e executada pelo actual Deputado Vera Jardim.

Quanto à acção executiva, ó Sr. Deputado, por amor de Deus, se há um consenso nacional é o de que essa reforma foi mal executada no tempo do vosso governo. Entendo que, no mínimo, o Sr. Deputado deveria reconhecer que nesse capítulo não pode invocar qualquer mérito. Isso não é verdade! Foi mal executada e essa má execução custou à credibilidade da própria reforma. Grande parte dos bloqueios que hoje temos devem-se à leviandade com que ela foi executada, sem cuidar, como já disse, nem dos meios, nem da formação das pessoas, nem da adequação do sistema para que ela pudesse ter êxito.

Quanto aos manuais escolares, pergunto-me se o Sr. Deputado já os viu. É que eu faço os trabalhos de casa com os meus filhos.

A Sr.^a **Zita Seabra** (PSD): — Bem precisa!

O **Orador**: — Eu conheço os manuais escolares. Os manuais escolares não estão preparados para serem devolvidos às escolas neste ano para poderem vir a ser utilizados, porque a resolução dos exercícios é feita nos próprios manuais escolares. Eu conheço-os, porque faço os trabalhos com os meus filhos. Portanto, essa foi uma medida de carácter eleitoralista que visava apenas satisfazer um nicho de mercado sem qualquer tipo de preparação.

Applausos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — E sem orçamento!

O **Orador**: — Lamento que tenha falado nesse assunto. Anunciar medidas, em tempo de pré-campanha eleitoral, apenas com o objectivo de ganhar votos sem qualquer preparação ou orçamento é uma grande irresponsabilidade! Nós fizemos o que devíamos: dizer ao País que o sistema não estava preparado para que essa medida pudesse vir a ter êxito.

Desculpe dizer-lhe, mas o Sr. Deputado confunde tudo. E digo que confunde tudo porque o que foi anunciado pelo Ministro da Administração Interna foi que as questões da atribuição da nacionalidade passavam, de onde nunca deveriam ter saído, para a justiça. Nenhuma outra questão foi levantada.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna**: — Foi, foi!

O **Orador**: — Desculpe-me, Sr. Deputado, mas demonstra uma falta de conhecimento relativamente a essa matéria. O Sr. Deputado, neste ponto, não sabe do que falou, uma vez que aquilo que foi anunciado foi apenas a matéria de atribuição do estatuto da nacionalidade.

O Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna**: — Foi isso que eu disse na Comissão!

O **Orador**: — Lamento que tenha confundido essas questões, porque são da maior importância e que, referidas da forma que referiu, certamente não intencional, resultam sempre na criação de um alarme que não tem o mínimo de sentido nem o mínimo de fundamento.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Nuno Melo pediu há pouco a palavra para que efectue?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex.^a que dissesse à bancada do Governo, nomeadamente ao Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, que, até pela posição que ocupa e pelo cargo que, ao serviço do Estado, desempenha em Portugal, há uma linguagem que é inqualificável neste Parlamento.

Applausos do CDS-PP.

Desta bancada, usei da palavra com a legitimidade que cabe a qualquer Deputado da Nação, dirigindo-me educadamente ao Sr. Primeiro-Ministro. Inclusive, em relação à última questão que coloquei, usei uma

informação que me foi dada pelo Sr. Dr. Nuno Magalhães, que esteve presente na 1.ª Comissão, ouvindo o que ouviu,...

Vozes do PS: — Informação mal dada. Errada!

O Orador: — ... informação, essa, que mereceu da bancada do Governo, concretamente de um Sr. Ministro que é de Estado e da Administração Interna, um insulto directo a um presidente de uma bancada parlamentar. Isso é inaceitável!

Deixo o meu protesto registado, pedindo a intervenção de V Ex.^a, Sr. Presidente, para que esta situação nunca mais volte a acontecer na Casa-mãe da democracia portuguesa.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna: — Sr. Presidente, depois da intervenção do Sr. Deputado Nuno Melo, gostaria de dizer que, se em algum aparte o ofendi, peço desculpa.

Já agora, visto que a audição que se realizou na 1.ª Comissão está gravada, aproveito a oportunidade para solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que peça ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão para disponibilizar a transcrição das minhas palavras a fim de o Sr. Deputado Nuno Melo, oportunamente, poder corrigir as suas palavras, tal como eu, neste momento, corrojo as minhas, caso o tenha ofendido em qualquer aparte que eu tenha feito.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com estas duas interpelações penso que este incidente se pode considerar sanado.

Passamos, então, à terceira e última volta de perguntas deste debate.

Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, julgo que na terceira volta de perguntas deste debate mensal subordinado ao tema da justiça há uma coisa que já ficou clara: em matéria de justiça, o Governo a que V. Ex.^a preside não será o Governo das reformas mas, sim, das «reforminhas»!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Permita-me fazer, desde já, dois reparos: o primeiro para dizer que, se é verdade que em matéria de pacto houve algum atraso, não deixa também de ser certo que o ex-Presidente da Assembleia da República Almeida Santos, o Deputado António José Seguro e mesmo o Sr. Primeiro-Ministro, na altura líder da oposição, pediram, por mais do que uma vez, algum tempo e alguma calma ao então ministro da Justiça Aguiar-Branco antes que as negociações entre os nossos dois partidos eventualmente começassem.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Bem lembrado!

O Orador: — Concedemos este tempo por respeito a um princípio democrático, visto que a oposição, mais concretamente, o PS, via a sua liderança disputada, estando ainda a organizar-se. Entendemos, portanto, que só quando estivesse devidamente organizada a oposição é que essas negociações poderiam começar.

Applausos do PSD.

Entretanto, veio a dissolução!

Por outro lado, faço um segundo reparo para dizer que, assim como o Sr. Primeiro-Ministro aqui elogiou o trabalho do último governo em sede de acção executiva e das melhorias que foram introduzidas, também não lhe teria ficado mal dizer — e foi por não o ter feito que não recebeu os nossos aplausos — que só pode apresentar hoje estas medidas ao fim de um mês e meio de governação porque nós deixámos o trabalho largamente preparado, que com toda a *fairness* e todo o *fair-play* transmitimos na passagem de poder ao actual Executivo. Fizemo-lo com sentido de Estado e com todo o cuidado e respeito institucionais.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Não podemos, por isso, estar em desacordo com algo que nós próprios ajudámos a preparar em termos essenciais. Poderá, aliás, constatar o que acabo de dizer através do «Plano Pinto Monteiro» e do código do consumidor, que deixámos preparados.

O Sr. Primeiro-Ministro tem dito recorrentemente que não vai mudar os códigos, não fazendo, por isso, grandes reformas. No entanto, a única coisa que nos apresenta, não sendo a mudança dos códigos, é a mudança de pequenas leis avulsas e de pequenos artigos. Estas medidas têm, sem dúvida, impacto sobre o sistema, mas é um impacto limitado. O verdadeiro estrangulamento não está, todavia, no domínio da legislação, não está, de facto, nos códigos, mas também não está nas pequenas leis avulsas. O grande estrangulamento está no domínio da organização judiciária e da revisão do mapa judicial. Neste momento, estão concentrados nos centros urbanos dois terços da litigiosidade, quando temos aí apenas um terço dos recursos. Temos, neste momento, cerca de 345 tribunais de primeira instância espalhados pelo País, contando os de competência geral e os de competência específica, quando, de acordo com o último relatório do Conselho da Europa, que faz esta estatística, a Bélgica tem 27, a Dinamarca tem 82, a Finlândia tem 63, a Irlanda tem 50 e a Holanda tem 19. Nós temos 345!

Por isso digo que a verdadeira reforma é a revisão do mapa judicial. Não é uma reforma legislativa, mas, sim, administrativa, de execução e de Governo, que pode ter também implicações constitucionais, razão pela qual não é despicienda nem inusitada a referência à revisão constitucional, como aqui se fez crer. Por isso digo que, a respeito da organização judiciária, a única pergunta que posso fazer ao Sr. Primeiro-Ministro — e acrede que já não é pouco — é a que procura saber se o Governo está disposto a fazer essa reforma, que, sabemo-lo, «dói» e que vai mexer com interesses instalados, nomeadamente das autarquias.

Pergunto, portanto, se o Governo de V. Ex.^a está ou não disposto, como estava o nosso, a levar por diante a reforma do mapa judiciário, a revisão do mapa judicial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Nós cá estaremos para o apoiar, se tiver coragem para tomar essa medida!

Aplausos do PSD e de Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, V. Ex.^a pensa que este não é o Governo das reformas, mas das «reforminhas». Pois eu digo-lhe que o seu foi o governo das não-reformas! Não foi o das reformas nem das «reforminhas»! Lamento, Sr. Deputado, mas não o posso acompanhar nessa perspectiva.

O Sr. Deputado pensa que não é uma reforma o encurtamento das férias judiciais, de que há tanto tempo se fala e que nunca ninguém foi capaz de aprovar? O Sr. Deputado considera que não é uma reforma a consideração da residência do consumidor para a determinação do tribunal competente? Pensa que esta é uma reforma pequena e sem importância? Não, Sr. Deputado! Isso, desculpe que lho diga, é apenas a arrogância de quem olha para o que os outros fazem, desvalorizando-o em nome de uma grande e mítica reforma que, afinal de contas, nunca os senhores aqui apresentaram!!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Estamos «esmagados»!

O **Orador**: — Sr. Deputado, é certo que aproveitamos todo o trabalho que foi feito pelos anteriores governos, tal como os anteriores governos aproveitaram o trabalho dos governos que os precederam. Se o Sr. Deputado quer saber, fui eu que convidei pela primeira vez o Professor Pinto Monteiro para iniciar os trabalhos relativos ao código do consumidor.

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Eu sei!

O **Orador**: — Há muito que sou sensível a essa questão!

O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Mas o código só está pronto agora!

O **Orador**: — Sr. Deputado, se VV. Ex.^{as} já tinham essas ideias todas, se as consideram tão urgentes, por que é que durante três anos não as puseram em prática?! Não pensa que o que diz me autoriza a fazer esta pergunta?! Não tiveram tempo?!

Aplausos do PS.

O vosso foi o governo do «podia ter sido, mas não foi»!...

O Sr. **José Pedro Aguiar-Branco** (PSD): — Tivemos quatro meses! Só quatro meses!

O **Orador**: — Já falaremos desses quatro meses e dos dois anos e meio que os antecederam...! Eu assisti a esse debate no vosso Congresso. Aliás, reparei que no vosso Congresso o único tema político foi o de saber quem é que governou pior: se os que governaram nos últimos quatro meses ou os que governaram nos dois anos e meio anteriores.

Risos do PS.

Ninguém disse que nos primeiros dois anos e meio de governo da coligação se governou bem. Não! A única preocupação foi a de saber quem governou pior! E, se a disputa foi aguerrida, o resultado não foi assim tão claro, pois ninguém ficou a saber bem se se governou pior nos últimos quatro meses ou nos dois anos e meio anteriores!

Aplausos do PS.

Penso que os Srs. Deputados não vêem bem a realidade se não perceberem que o que foi derrotado nas urnas foi não um período de tempo em particular mas a vossa política, as vossas ideias e a vossa agenda!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E a resposta à pergunta?! Responda!

O **Orador**: — O Sr. Deputado pergunta-nos se queremos fazer esta reforma que, segundo nos diz, «dói», se bem que, acrescento, se tenha esquecido de a fazer quando esteve no governo. E lembro que foram três anos, três longos anos, aqueles em que os senhores estiveram no governo. Nós queremos e vamos fazê-la! Tenho de lhe dizer, contudo, que eu não me engano nas prioridades. Aquilo que é urgente é tomar estas medidas, visto que elas vão contribuir para tirar estes processos dos tribunais, para melhorar a vida de muita gente, para permitir que os cidadãos portugueses possam ter um acesso mais rápido à justiça e, principalmente, para oferecer à nossa economia um sistema de justiça mais credível e mais amigo do desenvolvimento do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, sendo a primeira vez que faço uso da palavra nesta Casa, queria, antes de mais, saudar V. Ex.^a, Sr. Presidente, e, em seu nome, todos os Deputados aqui presentes, desejando a todos um bom trabalho.

Quero, naturalmente, saudar também o Sr. Primeiro-Ministro e todo o Governo, desejando-lhe as maiores felicidades e os maiores êxitos, não por mera praxe parlamentar mas, sim, porque estamos todos conscientes de que o êxito do Governo terá consequências junto dos cidadãos portugueses, pelo que é seguro afirmar que quanto melhor governar melhor será para Portugal e para os portugueses.

Relativamente ao tema que hoje aqui nos traz, o das medidas anunciadas por V. Ex.^a relativas à reforma da justiça, ficámos todos conscientes, após esse debate e toda essa troca de impressões, de que são praticamente todos unâmines quanto à necessidade da implementação das medidas que aqui trouxe e de que de todas as outras bancadas mereceram, salvo melhor interpretação, o acordo relativamente à sua aplicação urgente.

Mas, então, qual é a diferença que existe — e que também me parece ter ficado demonstrada — entre o Governo do Partido Socialista e o da anterior maioria? Por um lado, verificamos que a maior parte das medidas dos governos de antigamente dirigiam-se contra as pessoas. A habilidade do Partido Socialista é conseguir medidas na área da justiça que vão de encontro à aspiração dos portugueses, dos seus sentimentos e das suas necessidades.

Mas, então, se essa agilidade e essa habilidade são fáceis, se todas essas medidas eram consensuais, por que é que não se aplicaram? Tal como V. Ex.^a também disse — e nós concordamos —, muitas delas vão contra interesses particulares instalados e muitas delas são difíceis e exigem coragem por parte do Governo para as pôr em prática.

Não é fácil mexer com interesses na área dos seguros, não é fácil mexer com interesses noutras áreas de grandes grupos económicos, e V. Ex.^a e este Governo tiveram esta habilidade, esta coragem, e demonstraram este espírito de pôr em prática reformas... E chamemos-lhes «reforminhas» ou «reformas», o que é facto é que retirar dos tribunais dezenas de milhares de processos é uma medida de grande alcance, é uma passo de gigante para a reforma da justiça em Portugal!

Aplausos do PS.

Mas se fossem só essas as medidas que o Governo aqui anunciou até pecaríamos por defeito. Mas não! V. Ex.^a foi mais além: disse, que, nesta Legislatura, serão postas em prática outras medidas — refiro-me concretamente a uma que também mexe com interesses instalados: a limitação dos recursos.

Sabemos que, hoje, o uso e abuso dos recursos nos tribunais é uma das causas da morosidade da justiça, mas — pior do que isso —, à maior parte dos recursos só têm acesso grandes grupos económicos, grandes *lobbies*, grandes escritórios de advogados. Trata-se, também, de uma medida concreta em que é preciso grande coragem e determinação para pôr em prática.

O conjunto das medidas que V. Ex.^a aqui anunciou tranquiliza os portugueses e o Partido Socialista, mas aquilo que para nós é mais importante é que, hoje, os portugueses ficaram cientes, ficaram a saber que com este Governo vamos ter melhor justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registar, no final deste debate, um ponto político da maior importância: uma larguíssima e significativa concordância por parte de todas as bancadas com as medidas que o Governo aqui apresentou.

Bem sei que há muito tempo que estas medidas eram esperadas, bem sei que beneficiam de estudos anteriores, mas também sei que muitas destas medidas não avançaram no passado porque, como bem disse o Sr. Deputado, colidem com interesses.

Bem sei que os seguros e as actividades seguradoras talvez não gostem da medida que consiste em não permitirmos a renovação automática do contrato; talvez as empresas de grande consumo não gostem de que, agora, o critério determinante para a escolha do tribunal competente seja o da residência do consumidor — isso faz perder os tribunais «privativos», cujos serviços judiciais são utilizados pelas grandes empresas...

Mas a verdade é que estas medidas se destinam a dar um sinal claro à nossa economia de que não estamos satisfeitos com o sistema de justiça, de que queremos melhorá-lo e de não queremos que ele seja um factor de bloqueio, mas um factor de apoio e de incentivo ao crescimento económico. Este é um aspecto absolutamente decisivo!

Todos os estudos são claros em apontar a questão da justiça e da garantia dos contratos como um dos aspectos mais descurados nos custos de contexto na decisão de investimento.

Era, portanto, necessário actuar imediatamente, como agora fazemos. Mas era também necessário actuar aqui porque queremos libertar o sistema, como já disse, para servir o consumidor ocasional, o cidadão que, ocasionalmente, precisa que o tribunal esteja mais libertado para o atender de forma mais rápida.

Este é um programa de emergência; é um plano de acção que visa descongestionar os tribunais e que visa dar à justiça uma forma mais célere e, portanto, em melhores condições de «ser» justiça.

Mas o nosso programa de justiça não acaba aqui, com certeza que não! Eu disse, ao longo de todo o debate, que as matérias que dizem respeito ao Processo Penal, ao Código Penal vão ser discutidas, apresentando o Governo as suas propostas, e não descurando também as matérias que dizem respeito ao governo da justiça.

Sei bem o que há a fazer. E sei bem também que há aqui um desafio de impor o interesse geral, o interesse nacional, relativamente aos interesses particulares, e não disfarçaremos o problema. Mas há uma emergência que se consegue melhorar com estas medidas — é por isso que as apresentamos — e cá estaremos, no início da próxima sessão legislativa, para resolver os outros problemas que dizem respeito às matérias penais.

Quero finalizar com uma citação de filosofia clássica. Dizia um grande filósofo que «não é por serem difíceis os problemas que os homens não têm coragem». Não, não é assim! É por os homens não terem coragem que os problemas são difíceis.

O que o Governo aqui mostrou é que está determinado, é que tem a coragem suficiente para enfrentar os problemas da justiça e pô-la, finalmente, ao serviço dos cidadãos e da economia portuguesa.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está concluído o nosso debate mensal com o Primeiro-Ministro.

Na terça-feira há reuniões de comissões e a nossa próxima reunião plenária terá lugar na próxima quar-

ta-feira, às 15 horas, para apreciação dos recursos de admissibilidade do projecto de lei n.º 39/X — Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira (PCP) e do projecto de lei n.º 42/X — Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira (BE).

Constará ainda da ordem do dia um debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a grave situação de seca que o País atravessa.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Luís Garcia Braga da Cruz

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho
Emídio Guerreiro
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
José Manuel Pereira da Costa
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Mário Patinha Antão

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL